



**CASA DA MOEDA DO BRASIL**

## **EDITAL CMB PREGÃO ELETRÔNICO**

(Processo Administrativo n.º 18750.014075/2025-17)

SEELC – Seção de Editais e Licitações

DEGEC – Departamento de Contratações

DIGES – Diretoria de Gestão



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90036/2026

(Processo Administrativo n.º 18750.014075/2025-17)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a CASA DA MOEDA DO BRASIL, por meio do Departamento de Contratações, sediado(a) na Rua René Bittencourt n.º 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço global, pelo modo de disputa aberto**, nos termos da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como instruções normativas que a regulem, aplicáveis exclusivamente ao procedimento da licitação e no que for compatível com o Regime das Estatais, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, Regulamento de Licitações e Contratos da CMB e das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

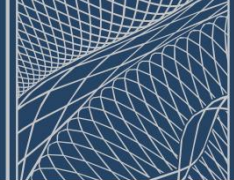
Data da sessão: 19 de Junho de 2026

Horário: 10:00 horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

### 1. DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é a aquisição de **appliances e licenças para solução de Next Generation Firewall (NGFW) do fabricante Fortinet, voltados à proteção do perímetro da rede institucional**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 No caso de haver divergência entre a descrição constante na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema do Portal de Compras do Governo Federal e aquela contida no Edital, prevalecerá sempre a descrição contida no Edital.



## 2. DO CREDENCIAMENTO

- 2.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 2.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado pela licitante no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/), com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 2.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 2.4 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 2.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.6 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 2.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 2.7.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão empresas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular



no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018.

- 3.1.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.2 Cada representante somente poderá representar uma única licitante na disputa de cada item, lote ou grupo.
- 3.3 Não poderão participar desta licitação os interessados que:
- I. se enquadrem em alguma das vedações previstas na legislação, especialmente na Lei nº 13.303, de 2016, notadamente em seu artigo 38, bem como na Lei nº 14.133, de 2021, notadamente em seu artigo 14;
  - II. estejam sob falência ou em processo de dissolução;
  - III. estejam em recuperação judicial, salvo se amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdãos nºs 8.271/2011 – 2ª câmara e 1201/2020 – Plenário);
  - IV. estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CMB;
  - V. tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou estejam cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União Federal;
  - VI. estejam proibidos de licitar e contratar com a Administração Pública bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público, com fundamento em outros dispositivos de leis esparsas;
  - VII. possuam em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão;
  - VIII. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CMB ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles



seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4 Será permitida a participação de sociedades optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, observadas as orientações dispostas nos subitens a seguir.

3.4.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.4.2 O Licitante optante do Simples Nacional que vier a executar atividade vedada pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006 não poderá beneficiar-se da condição de optante.

3.4.2.1 Na hipótese do subitem anterior deste Edital, uma vez celebrado o instrumento de contratação, o Contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4.3 O Licitante optante do Simples Nacional, que não se enquadre em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006, somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual, previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, ao longo da vigência do instrumento de contratação.



- 3.4.3.1 Se o Licitante optante do Simples Nacional extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 ao longo da vigência do instrumento de contratação, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
  - 3.4.4 Não serão aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento de contratação fundamentados na alteração de regime tributário decorrente dos itens 3.4.1.1 e 3.4.2.1 deste Edital, devendo o Contratado arcar com eventuais custos decorrentes desta alteração.
- 3.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 3.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
    - 3.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
    - 3.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
  - 3.5.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, no caso de licitante organizado em cooperativa;
  - 3.5.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
  - 3.5.4 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
  - 3.5.5 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

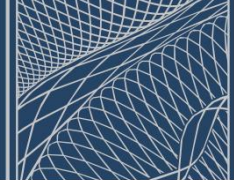




- 3.5.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 3.5.7 que a proposta foi elaborada de forma independente;
  - 3.5.8 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 3.5.9 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
  - 3.5.10 que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.
- 3.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às consequências e sanções previstas em lei e neste Edital.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS LANCES**

- 4.1 Na presente licitação a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.
- 4.2 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital e seguindo-se o modelo do Anexo II, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, não sendo permitida oferta inferior aos quantitativos máximos detalhados no Anexo I.
  - 4.2.1 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
  - 4.2.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
  - 4.2.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

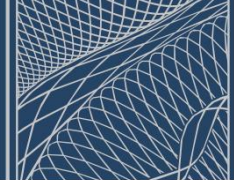


- 4.2.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.3 O cadastro da proposta no sistema implica a aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital, não sendo admitidas alegações de erros, omissões ou desconhecimento de fatos e de condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto licitado.
- 4.4 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme subitem 4.2 deste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, no papel timbrado da empresa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos, ou entrelinhas, sendo datada e assinada digitalmente (por certificado digital) por seu representante legal ou procurador constituído, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
- 4.5 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

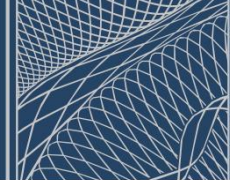
## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1 Na data e no horário de abertura da sessão pública o sistema a iniciará automaticamente, sem qualquer ingerência do Pregoeiro.
- 5.2 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

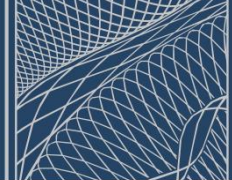




- 5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6 Os lances serão ofertados pelo **menor preço global**.
- 5.7 O licitante somente poderá oferecer **lance inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 5.7.1 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
    - 5.7.1.1 Lance inconsistente: aquele cujo valor seja incoerente em relação à quantidade ou à qualidade do item licitado; e
    - 5.7.1.2 Lance inexecutável: aquele que represente preço simbólico, irrisório ou igual a zero.
  - 5.7.2 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1 (um)%.
  - 5.7.3 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.
- 5.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.10 Para o envio de lances na sessão pública será adotado o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
  - 5.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



- 5.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.
- 5.10.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.14 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como para bens e serviços produzidos no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 5.15 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.16 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento)

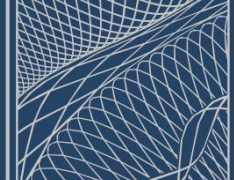


acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 5.17 A licitante melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18 Caso a microempresa, empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 5.19 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20 Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:
  - 5.20.1 Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:
    - 5.20.1.1 bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
    - 5.20.1.2 bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
    - 5.20.1.3 bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.
  - 5.20.2 Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 5.24.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.



- 5.20.3 Caso a preferência não seja exercida na forma do item 5.24.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 5.24.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 5.24.1.3 caso esse direito não seja exercido.
- 5.20.4 As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.
- 5.21 Somente poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa “aberto e fechado”.
- 5.21.1.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55 da Lei 13.303/2016 c/c art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida. A permanecer o empate, o sorteio eletrônico será aplicado, como critério derradeiro.
- 5.22 O Pregoeiro se reserva o direito de excluir as propostas ou os lances simbólicos, irrisórios, de valor zero ou considerados manifestamente inexequível, que possam comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.
- 5.22.1 Caso não concorde com a exclusão, a Licitante poderá manter sua proposta e eventuais lances e reingressar à fase de disputa.
- 5.22.2 A exclusão do lance não impedirá a continuidade do envio de lances pelos fornecedores.
- 5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.23.1 A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.
- 5.23.2 Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da



contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida

5.24 O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

5.24.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, em função da complexidade envolvida na preparação do envio ou a partir de solicitação fundamentada feita pela licitante, antes de findo o prazo, devendo informar a referida providência no chat da licitação.

5.25 A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)) para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME-EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame extrapola o limite máximo de faturamento previsto no art. 3º da Lei complementar nº 123, de 2006.

5.25.1 Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio no sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

5.25.2 Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 ou, ainda, tenha celebrado no ano-calendário de realização da licitação.

## 6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar realizando a verificação de sua conformidade quanto à sua adequação ao objeto, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros



definidos neste Edital e seus anexos, e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.1.1 Será considerada vencedora do certame licitatório a licitante que apresentar o **menor preço global** resultante da planilha de preços constantes do ANEXO II.

6.1.1.1 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus Anexos.

6.2 Será desclassificada a proposta ou lance vencedor:

6.2.1 que contenha vício(s) insanável(is);

6.2.2 com valor superior ao valor estimado, inclusive mantido após negociação;

6.2.2.1 para efeitos do subitem acima, será considerado o valor estimado de cada item pertencente à proposta nos termos dispostos no ANEXO II.

6.2.3 que apresentar preço manifestamente inexequível;

6.2.4 não apresentarem as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência ou projeto básico, inclusive às relacionadas à marca e/ou modelo, conforme documento Recomendação Técnica ou Justificativa Técnica, assinalados como únicos capazes de atender o objeto do contrato; ou

6.2.5 Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro(a).

6.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.4 Havendo indícios de inexequibilidade do(s) valor(es) ofertado(s) ou custo(s) que compõe(m) a proposta, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:

6.4.1 comprovar sua exequibilidade; ou

6.4.2 ajustar o(s) custos(s) orçados(s), apresentando planilha de preço readequada, respeitando, em todo caso, o valor da sua proposta (Acórdão 2.546/2015 – Plenário e 7618/2020 - TCU – 1ª Câmara), com as respectivas justificativas para o(s) ajuste(s) realizado(s).

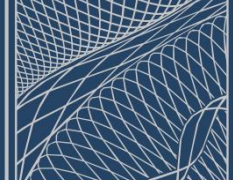
6.4.2.1 Optando por comprovar a exequibilidade de sua proposta, o Licitante deverá apresentar justificativas e documentos que comprovem a



viabilidade e a compatibilidade do(s) valor(es) e custo(s) ofertados com os custos e despesas necessários à integral execução do objeto.

- 6.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.5.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 6.5.2 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado de ofício ou por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 6.5.3 Para a contagem de prazo de trata o item anterior não será considerado o tempo de eventual suspensão da sessão pública realizada pelo Pregoeiro.
- 6.6 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.6.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.6.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, inclusive negociando os valores, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
- 6.8 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 6.9 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, inclusive para a realização de diligências, o Pregoeiro informará a data e horário de retorno ou, no caso de impossibilidade, a reiniciará mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.





- 6.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro passará à fase de **verificação da habilitação do licitante**, observado o disposto neste Edital.

## 7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.transparenciapublica.gov.br/>);

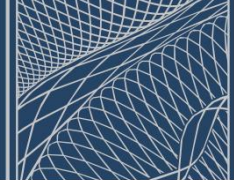
7.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

7.1.4 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

7.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

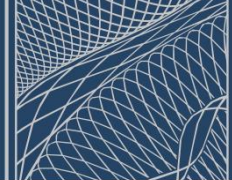
7.1.6 Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para o levantamento de conjunto de indício, analisando eventual configuração da tentativa de fraude ou burla ao sancionamento por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.1.6.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção/impedimento ou declaração de inidoneidade, compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica ou de recursos humanos, identidade (ou proximidade) de



endereço dos estabelecimentos, identidade de telefones, e-mail's, contadores e demais informações de contrato, dentre outros.

- 7.1.6.2 Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos nos subitens anteriores, o Pregoeiro registrará, no *chat*, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e ampla defesa, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.
- 7.1.7 Constatada a existência de sanção ou a tentativa de fraude ou burla dos efeitos de sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro (I) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação e (II) relatará o fato à autoridade competente para instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.
- 7.2 O Pregoeiro poderá consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira, conforme disposto no artigo 39 da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 7.2.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 7.2.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.3 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018 deverão apresentar a seguinte documentação de habilitação, após solicitação do Pregoeiro:



### **7.3.1 Habilitação jurídica:**

- 7.3.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.3.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.3.1.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 7.3.1.4 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da IN DREI nº 10/2013;
- 7.3.1.5 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 7.3.1.6 No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, Decreto de autorização e, quando a atividade assim o exigir, Ato de registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 7.3.1.7 No caso de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- 7.3.1.8 Todos os documentos acima devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### **7.3.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 7.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 7.3.2.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e as inscrições em Dívida Ativa da União junto a Procuradoria-



Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014 do domicílio ou sede da licitante;

7.3.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.3.2.4 as licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, sob pena de inabilitação.

### **7.3.3 Qualificação econômico-financeira:**

7.3.3.1 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no **nível da Qualificação econômico-financeira**, conforme Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação:

7.3.3.1.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

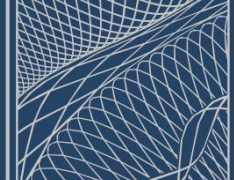
7.3.3.1.1.1 A licitante poderá substituir a certidão negativa de recuperação judicial pela certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

### **7.3.4 Qualificação Técnica**

7.3.4.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

7.3.4.1.1 Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa(s) Jurídica(s) de direito público ou privado que, na condição de cliente(s) final(is), comprove(m) o fornecimento satisfatório, pela licitante, de bens com características compatíveis com o objeto da licitação, **observado o mínimo de 50% do quantitativo total licitado.**

7.3.4.1.2 Os atestados apresentados deverão comprovar que a licitante tenha executado ou esteja executando serviços de características técnicas semelhantes ao objeto, relacionadas às seguintes competências:



7.3.4.1.2.1 Fornecimento de produtos e licenças do fabricante Fortinet;

7.3.4.1.2.2 Prestação de serviço de suporte técnico para equipamentos do fabricante Fortinet.

7.3.4.1.3 Será permitido o somatório de atestados para efeito de comprovação de experiência na prestação do serviço, não se exigindo que todos tenham sido prestados a uma única pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que a soma atenda os quantitativos mínimos exigidos acima;

7.3.4.1.4 Nos atestados deverão estar expressos, no mínimo, as seguintes informações:

7.3.4.1.4.1 Nome e CNPJ do licitante;

7.3.4.1.4.2 Nome e CNPJ do cliente;

7.3.4.1.4.3 Descrição completa do fornecimento/serviço executado que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados e identifiquem a compatibilidade e semelhança com objeto da licitação;

7.3.4.1.4.4 Período de vigência do contrato;

7.3.4.1.4.5 Nome e e-mail do emissor do atestado;

7.3.4.1.4.6 Data de emissão e assinatura do emissor.

7.3.4.1.5 Não serão considerados os atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da proponente;

7.3.4.1.6 O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ofertados na presente licitação, podendo apresentar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho;



- 7.3.4.1.7 A CMB reserva-se o direito de diligenciar a pessoa jurídica indicada no atestado de capacidade técnica, a fim de validar ou esclarecer informações sobre o serviço prestado.
- 7.4 Os documentos para habilitação na presente licitação serão apresentados via sistema apenas pela licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento, após solicitação do Pregoeiro, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, prorrogáveis por igual período.
- 7.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 7.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos nos subitens acima em função da complexidade envolvida na preparação do envio, de ofício ou a partir de solicitação fundamentada feita pela licitante, antes de findo o prazo, devendo informar a referida providência no *chat* da licitação.
- 7.7 As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas se as respectivas datas de emissão não excederem a 180 (cento e oitenta) dias de antecedência da data de sua apresentação.
- 7.7.1 Não se enquadram no subitem anterior documentos tais como o Registro Comercial, Estatuto ou Contrato Social e documentos similares, evidentemente pois sua validade se encerra com a emissão de suas respectivas novas versões.
- 7.8 Ao(À) Pregoeiro(a) é reservado o direito de solicitar consulta e emitir os documentos que se encontram disponíveis nos respectivos endereços eletrônicos via Internet, no decorrer da licitação, para verificar as condições de habilitação das licitantes, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.
- 7.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.9.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.10 Após declarada a licitante vencedora, caso a proposta mais vantajosa tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa



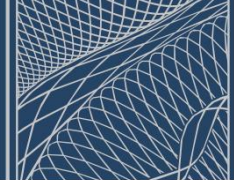
equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

- 7.10.1 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 7.11 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando a data e horário de retorno ou, no caso de impossibilidade, o reinício condicionado a aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.
- 7.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 7.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.13.1 Complementação de informações necessárias para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e/ou que comprovem condição atendida pela licitante através de documentos não apresentados por equívoco ou falha na juntada, adotando-se o princípio do formalismo moderado;
- 7.13.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.14 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora do certame.
- 7.16 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1 Qualquer licitante poderá, no prazo de **15 (quinze) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento das propostas,





após à habilitação ou inabilitação de licitação e em decorrência de anulação ou revogação da licitação.

- 8.2 As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata da Sessão Pública.
- 8.3 As demais licitantes ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de divulgação da interposição do recurso.
- 8.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio do sistema.
- 8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 8.6 Quanto o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo previsto no subitem 8.1, sob pena de preclusão.
- 8.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
  - 8.8.1 A sessão pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 8.9 A vista dos autos do processo desta licitação poderá ser solicitada ao pregoeiro, pelo e-mail [licitacoes@cmb.gov.br](mailto:licitacoes@cmb.gov.br).

## 9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

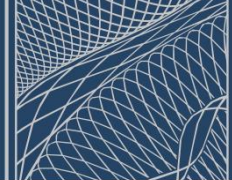
- 9.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente definida pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CMB para adjudicar o objeto



e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 10. DO CONTRATO

- 10.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação por e-mail, para assinar o Instrumento Contratual de forma digital, preferencialmente com certificação ICP-Brasil, podendo ser utilizado o portal de assinatura digital do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI (<https://assinador.iti.br/assinatura/indez.xhtml>), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.1.1 O prazo previsto no subitem acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela CMB.
- 10.2 O Instrumento Contratual deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.
- 10.3 Como condição de contratação deverão ser apresentadas todas e quaisquer licenças, alvarás e autorizações pertinentes à atividade objeto, bem como, quando for o caso, o respectivo registro do profissional responsável no órgão de classe competente.
- 10.3.1 Constitui-se condição de contratação a ausência de registros perante o Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal.
- 10.4 Na assinatura do Instrumento Contratual, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital e/ou Termo de Referência/Especificação dos Serviços, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 10.5 Na hipótese de a Adjudicatária não comprovar a manutenção das condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o instrumento de contratação, a CMB, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após analisada a proposta, feita a negociação e comprovado o atendimento dos requisitos para habilitação e eventuais documentos complementares, assinar o instrumento de contratação.



## **11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1 As regras acerca da garantia de execução do instrumento de contratação são as estabelecidas no Termo de Contrato, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

## **12. DO REAJUSTE**

- 12.1 Os critérios de reajuste são aqueles previstos no Instrumento Contratual– ANEXO IV.

## **13. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 13.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização são aqueles previstos no Termo de Referência – ANEXO I e no Instrumento Contratual– ANEXO IV.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CMB**

- 14.1 As obrigações da CMB são as estabelecidas no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

## **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 15.1 As obrigações da CONTRATADA são as estabelecidas no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

## **16. DO PAGAMENTO**

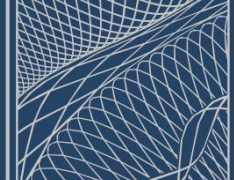
- 16.1 As regras acerca do pagamento são aquelas previstas no Termo de Referência – ANEXO I e no Instrumento Contratual – ANEXO IV.

## **17. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

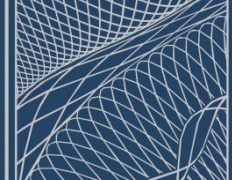
- 17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, a licitante/adjudicatária que, com dolo ou culpa:
- 17.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;



- 17.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - 17.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 17.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 17.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;  
ou
  - 17.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
  - 17.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 17.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 17.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 17.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 17.1.5 fraudar a licitação;
- 17.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 17.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 17.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 17.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 17.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 17.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



- 17.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, às seguintes sanções:
- 17.3.1 Advertência;
  - 17.3.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
  - 17.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CMB, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 17.4 As penalidades de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a CMB poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.
- 17.5 As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite da proposta.
- 17.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária.
- 17.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.8 Sem prejuízo da aplicação de penalidades, o contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303, de 2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 17.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no instrumento de contratação.
- 17.11 As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Administração de Tesouraria - SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer, que ateste o recebimento.
- 17.11.1 Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem acima e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá a licitante pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso,



cobrada judicialmente nos termos dos artigos 82, §§ 2º e 3º, e 83, § 1º, da Lei 13.303, de 2016.

- 17.12 Quando interposto, o recurso deverá ser entregue assinado digitalmente pelo representante da contratada ou seu procurador devidamente constituído, em até **10 (dez) dias úteis**, contrarrecibo, ao Departamento de Contratações (DEGEC), que o receberá através da Seção de Emissão de Contratos (SEECT) pelo e-mail [seect@cmb.gov.br](mailto:seect@cmb.gov.br).

## 18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

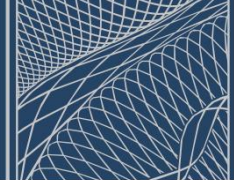
- 18.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 18.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacoes@cmb.gov.br](mailto:licitacoes@cmb.gov.br) c/c [juliana.coelho@cmb.gov.br](mailto:juliana.coelho@cmb.gov.br); devendo ser informado no campo “assunto” a modalidade e o número desta licitação (Pregão Eletrônico CMB nº xxx/20## – [OBJETO] A/C Pregoeiro xxxxx).
- 18.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 18.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 18.5 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, bem como responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido.
- 18.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 18.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.



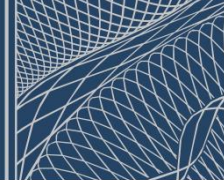
## 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 19.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 19.3 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.
- 19.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.5 A qualquer tempo poderá a CMB negociar com a Licitante, com a finalidade de obtenção de proposta mais vantajosa.
- 19.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e à luz do princípio do formalismo moderado, desde que não comprometam o interesse da CMB, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.7 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras do Governo Federal, prevalecendo os normativos regulamentares da CMB, inclusive este Edital, no que toca à disciplina da fase preparatória da contratação, atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos de envio da documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação.
- 19.8 As limitações operacionais porventura existentes Sistema Eletrônico Compras do Governo Federal decorrentes de imposições normativas no âmbito do Sistema de Serviços Gerais – SISG de que trata o Decreto nº 1.094/1994, não vinculam a CMB, podendo ser adotadas medidas para sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.





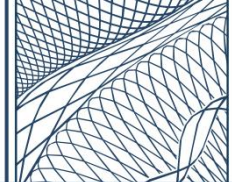
- 19.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CMB não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CMB.
- 19.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.12 É vedado à CMB, à licitante e a seus empregados, prepostos e gestores: a) frustrar, fraudar mediante qualquer expediente o caráter competitivo do procedimento licitatório público; ou b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; nos termos da Lei nº 12.846/2013 e suas alterações, do Decreto nº 11.129/2022, e suas alterações, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Edital.
- 19.13 Reclamações e denúncias relativas a irregularidades ou ao descumprimento pela CMB de suas normas internas ou da legislação vigente durante a condução deste procedimento licitatório poderão ser apresentadas à Ouvidoria da CMB, por meio eletrônico (no endereço eletrônico [www.casadamoeda.gov.br](http://www.casadamoeda.gov.br) ou por meio de correio eletrônico [ouvidoria@cmb.gov.br](mailto:ouvidoria@cmb.gov.br)), por meio postal endereçado à Ouvidoria CMB na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ ou pelo telefone (21) 2184-2969.
- 19.14 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.15 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e [www.casadamoeda.gov.br](http://www.casadamoeda.gov.br).
- 19.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.16.1 ANEXO I – Termo de Referência
  - 19.16.2 ANEXO II – Cláusulas e condições para elaboração da proposta
  - 19.16.3 ANEXO III – Minuta de procuração
  - 19.16.4 ANEXO IV – Minuta do Instrumento Contratual – Termo de Contrato



Rio de Janeiro, RJ, 09 de Junho de 2026

**Assinatura da Autoridade Competente**

**Edital expedido/publicado pelo Pregoeiro ..... Matrícula .....**



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

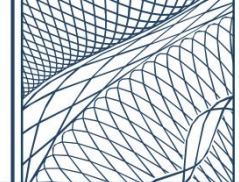
(Processo Administrativo n.º 18750.014075/2025-17)

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de **appliances e licenças para solução de Next Generation Firewall (NGFW) do fabricante Fortinet, voltados à proteção do perímetro da rede institucional**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- 1.2. O objeto será adjudicado pelo **Menor Preço Global**, em **Regime de Empreitada por Preço Global**, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, conforme tabela abaixo:

Grupo (lote)	Item	Descrição/Especificação	Qtde.	Unidade de Medida	Código CMB	Nº Solicitação de Compra	CatMat similar ou equivalente
1	1	Appliance FortiGate 201G	2	Unid.	I01144	115017	609340
	2	Licença FortiGate 201G	2	Unid.	S10996	115017	27502
	3	Licença FortiGate 40F (S/N: FGT40FTK2109AQBZ e FGT40FTK2109AKAP)	2	Unid.	S10343	115017	27502
	4	Licença FortiManager (S/N: FMG-VM0A17006699)	1	Unid.	S10345	115017	27502
	5	Licença FortiAnalyzer (S/N: FAZ-VMTM22005806)	1	Unid.	S10346	115017	27502
	6	Transceiver Óptico 10 Gbps SFP+	2	Unid.	I00519	115017	625379
	7	Serviço de Suporte Técnico (Fortinet)	12	Meses	S10385	115017	27090

- 1.3. O objeto enquadra-se na categoria de bens comuns, por possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;



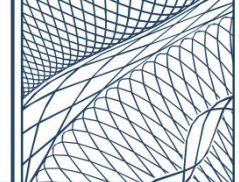
- 1.4. O detalhamento integral do objeto da contratação encontra-se descrito na **“Especificação Técnica” (APENSO A)** deste Termo de Referência, no qual apresenta todas as características, requisitos e condições necessárias para sua a plena compreensão e abrangência.

## 2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), por meio de seu Departamento de TI Corporativo e Comunicação (DETIC), é responsável por assegurar a confidencialidade, integridade e a disponibilidade de todo o seu parque tecnológico, primando sempre a qualidade e a confiabilidade dos serviços prestados pela organização. Em consonância com os objetivos estabelecidos em seu Plano Estratégico Institucional (PEI) e no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), a CMB vem realizando investimentos para modernizar e aprimorar sua infraestrutura tecnológica, de forma a consolidar a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como um importante instrumento facilitador dessas estratégias. Tais investimentos buscam principalmente manter a empresa competitiva e alinhada às melhores práticas do mercado, visando otimizar seus processos, aumentar a sua eficiência operacional e oferecer uma experiência cada vez mais segura, integrada e satisfatória aos seus funcionários, clientes, parceiros e sociedade.

A evolução tecnológica acelerada, embora traga inúmeros benefícios e oportunidades de modernização, impõe também desafios significativos às organizações, especialmente no que se refere à obsolescência de equipamentos e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A cada ciclo tecnológico, fabricantes anunciam o “fim da vida útil” (End of Life – EOL) de determinados produtos, o que implica a descontinuidade de suporte, de atualizações de segurança e de compatibilidade com novas tecnologias. Esse cenário impacta diretamente a saúde operacional e a segurança dos ambientes corporativos, pois sistemas e equipamentos sem suporte tornam-se mais vulneráveis a incidentes cibernéticos, expondo a instituição a riscos que vão desde a interrupção de serviços essenciais até a perda ou vazamento de informações críticas. Tais eventos podem gerar prejuízos financeiros expressivos, além de danos à imagem e à credibilidade das organizações.

A defasagem tecnológica, portanto, não se limita a um aspecto operacional, mas reflete diretamente na capacidade das organizações de garantir disponibilidade, integridade e confidencialidade das suas informações, pilares fundamentais da segurança da informação. Ademais, impede que as organizações se beneficiem das inovações mais recentes do mercado, como melhorias em desempenho, automação de políticas de segurança, visibilidade de tráfego, entre outros. Essa limitação compromete a eficiência operacional, a agilidade na



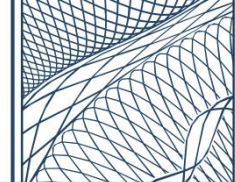
resposta a incidentes e a aderência às melhores práticas de governança e conformidade digital.

A atual infraestrutura de segurança perimetral da CMB, composta por um conjunto de soluções destinadas à proteção do ambiente corporativo — incluindo o Next Generation Firewall (NGFW), objeto desta contratação — encontra-se em operação há vários anos e já apresenta limitações técnicas significativas. Entre elas, destacam-se restrições de capacidade de processamento, escalabilidade reduzida e incompatibilidade com protocolos de segurança e conectividade mais recentes disponíveis no mercado. Adicionalmente, parte dos equipamentos que compõem essa infraestrutura já foi oficialmente classificada pelo fabricante como em ciclo de obsolescência, impossibilitando a aquisição de novas licenças e impactando diretamente a continuidade de suas funcionalidades. Essa situação também compromete o suporte técnico, o recebimento de correções de segurança futuras e a disponibilização de atualizações de firmware, elementos indispensáveis para assegurar a resiliência, a estabilidade e a proteção do ambiente tecnológico da CMB.

Diante desse cenário, esta contratação tem como objetivo suprir integralmente as demandas da instituição, proporcionando maior capacidade de inspeção de tráfego e suporte a recursos avançados de segurança. Tais funcionalidades são indispensáveis para sustentar a expansão da rede corporativa, o aumento do volume de dados trafegados, a adoção de novas aplicações e a ampliação das integrações com sistemas externos. Além disso, a contratação visa assegurar a continuidade operacional, fortalecer a camada de defesa perimetral da instituição, garantir aderência às políticas internas de segurança da informação e alinhar o ambiente às exigências regulatórias e às melhores práticas de cibersegurança aplicáveis ao setor público. Esses elementos contribuem diretamente para a preservação da integridade, disponibilidade e confidencialidade dos ativos e dados corporativos. Dessa forma, a instituição reafirma seu compromisso com a governança, a conformidade e a proteção das informações e serviços que suportam o cumprimento de sua missão institucional.

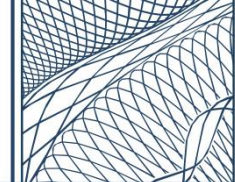
Portanto, a contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade operacional, promover a modernização do ambiente e reforçar a proteção do parque tecnológico da CMB. Trata-se de medida essencial para garantir que a empresa permaneça preparada para enfrentar os desafios tecnológicos e de segurança que se apresentam no cenário atual e nas projeções futuras. Ao investir em soluções atualizadas, robustas e alinhadas às melhores práticas de mercado, a CMB fortalece sua resiliência, reduz riscos operacionais e aprimora sua capacidade de resposta frente a ameaças cibernéticas emergentes, preservando a eficiência e a segurança dos processos corporativos.

### 3. DA INDICAÇÃO DE MARCA



- 3.1. A CMB possui atualmente solução do fabricante Fortinet, adquirida por meio de processos licitatórios regulares, responsável por prover a segurança da rede de perímetro corporativa. Ao longo de todo o período de sua utilização, a plataforma tem apresentado desempenho satisfatório, sem registro de falhas críticas ou de incidentes de segurança que tenham ocasionado qualquer prejuízo às operações da instituição;
- 3.2. A manutenção do mesmo fabricante assegura o reaproveitamento de parte dos equipamentos já adquiridos pela CMB em processos licitatórios anteriores, demandando apenas a renovação das suas licenças. Essa abordagem evita a substituição integral dos ativos existentes, preserva os investimentos já realizados e reduz os custos totais de aquisição;
- 3.3. A manutenção do fabricante contribui para evitar a necessidade de processos de migração complexos e de alta criticidade, os quais, além de demandarem elevado esforço técnico e operacional, podem acarretar riscos à continuidade dos serviços, à estabilidade dos ambientes tecnológicos e à integridade dos processos de negócio da CMB;
- 3.4. Ao longo da utilização da solução, a equipe técnica da CMB consolidou experiência prática e conhecimento operacional aprofundado, especialmente no tratamento, na mitigação e na prevenção de problemas e incidentes. Esse conhecimento acumulado permite maior eficiência, previsibilidade e agilidade na identificação e resolução de ocorrências, reduzindo impactos operacionais e riscos à continuidade dos serviços;
- 3.5. A solução encontra-se plenamente integrada e aderente às especificidades dos sistemas, processos e fluxos operacionais internos da CMB, resultado de parametrizações, ajustes e amadurecimento ao longo do tempo. Nesse contexto, uma eventual mudança de fabricante poderia elevar significativamente o risco de incompatibilidades técnicas, instabilidades operacionais e falhas de integração, especialmente no período pós-implantação, com potenciais impactos à continuidade dos serviços e à eficiência operacional da Instituição;
- 3.6. A indicação da marca encontra-se em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, art. 47, inciso I, em observância ao princípio da padronização do objeto da contratação. Tal medida preserva os investimentos já realizados, assegura a manutenção da compatibilidade técnica e de desempenho com os recursos atualmente em uso e garante maior uniformidade nos resultados, além de manter as condições existentes de operação, manutenção e assistência técnica já suportadas pelo departamento de tecnologia da informação da CMB.

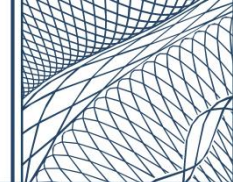
#### 4. DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO



- 4.1. Considerando a dependência entre os itens que compõem o objeto, optou-se por não admitir o parcelamento da contratação, uma vez que a adjudicação fracionada poderia comprometer a adequada implementação da solução, sua governança e integração operacional, em prejuízo ao atendimento do interesse público;
- 4.2. A adjudicação por item poderia acarretar o desinteresse de licitantes em relação a determinados itens que, analisados de forma isolada, não apresentem atratividade econômica suficiente, comprometendo, dessa forma, a viabilidade técnica e operacional da contratação;
- 4.3. Ao não permitir o parcelamento da contratação, busca-se alcançar ganhos de economia de escala, ampliando a capacidade dos licitantes de negociar condições mais vantajosas junto aos fornecedores. A fragmentação da contratação, por sua vez, poderia reduzir o poder de negociação e resultar em preços menos competitivos;
- 4.4. O eventual desmembramento dos itens poderia comprometer o alcance dos resultados esperados pela CMB, haja vista que os itens possuem natureza complementar e essencial ao pleno uso da solução tecnológica, cujo funcionamento adequado depende da contratação integrada e coordenada de todos os elementos que a compõem, garantindo capacidade institucional de prevenção, detecção e resposta tempestiva a incidentes de cibersegurança;
- 4.5. A contratação de forma individualizada poderia implicar na celebração de múltiplos contratos, acarretando prazos potencialmente desalinhados, o que poderia ocasionar a ociosidade de determinados itens até a disponibilização de seus componentes complementares, resultando em subutilização de recursos e desperdício financeiro;
- 4.6. O agrupamento dos itens não comprometerá a competitividade do certame, pois há no mercado número suficiente de licitantes qualificados e plenamente aptos a executar a totalidade do objeto, garantindo ampla concorrência e preservando a isonomia entre os participantes;
- 4.7. O agrupamento em um único lote é orientação constante do **Acórdão nº 861/2013 - Plenário, do Tribunal de Contas da União**: *“São lícitos os agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si”*.

## 5. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO



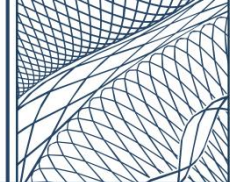


- 5.1. Em cumprimento ao art. 40, VII c/c 69 da Lei nº 13.303/16, o Superintendente do Departamento de TI Corporativo e Comunicação (DETI) da CMB designará representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 5.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CMB ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/16.
- 5.3. O fiscal do instrumento contratual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do instrumento contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

## 6. DA DINÂMICA CONTRATUAL

- 6.1. tabela a seguir apresenta os principais entregáveis previstos na execução contratual. É imprescindível que a CONTRATADA observe e cumpra rigorosamente todos os prazos estabelecidos para cada etapa;

CRONOGRAMA DE ENTREGÁVEIS			
ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL
1	Convocação para assinatura do contrato	---	CMB
2	Entrega dos documentos comprobatórios de credenciamento/parceria/autorização do fabricante	Até 5 (cinco) dias úteis após a etapa 1	CONTRATADA
3	Assinatura do contrato	Até 5 (cinco) dias úteis após a etapa 2	CONTRATADA
4	Indicação de preposto e seu substituto	Até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da etapa 3	CONTRATADA



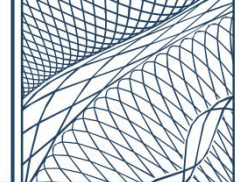
5	Assinatura do Acordo de Confidencialidade	Até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da etapa 3	CONTRATADA
6	Entrega dos itens: Appliance FortiGate 201G (ITEM 1) Licença FortiGate 201G (ITEM 2) Licença FortiGate 40F (ITEM 3) Licença FortiManager (ITEM 4) Licença FortiAnalyzer (ITEM 5) Transceiver Óptico (ITEM 6)	Até 40 (quarenta) dias úteis após a conclusão da etapa 3	CONTRATADA
7	Atesto da Etapa 6	Até 3 (três) dias úteis após a sua conclusão	CMB
8	Início da prestação do Serviço de Suporte Técnico (ITEM 7)	Até 3 (três) dias úteis após conclusão da etapa 7	CONTRATADA
9	Atesto da Etapa 8	Até 3 (três) dias úteis após a sua conclusão	CMB

6.2. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, comprovar possuir credenciamento/parceria/autorização junto ao fabricante da solução tecnológica solicitada, estando apta e autorizada a comercializar seus produtos e licenças. Esta comprovação será considerada como um requisito condicionante para a formalização (assinatura) do Contrato;

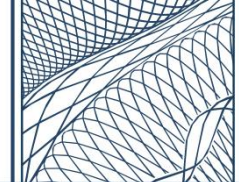
6.2.1. Este requisito busca garantir a contratação adequada de produtos e licenças, mitigando os riscos associados ao fornecimento de licenças não oficiais ou com suporte inadequado por parte do fabricante. Visa também confirmar que a CONTRATADA possui as competências e habilidades necessárias para comercializar tal produto, garantindo que a CMB tenha acesso a atualizações regulares e recursos de segurança robustos, cruciais para a operação contínua e segura dos sistemas;

6.2.2. A comprovação deverá ocorrer, exclusivamente, por meio de documento oficial emitido diretamente pelo fabricante da solução, em data compatível com o processo licitatório;

6.2.3. O documento de comprovação apresentado pela CONTRATADA estará sujeito à análise e homologação prévia da CMB, que reserva-se o direito de realizar validação direta junto ao fabricante para confirmar a autenticidade, a vigência e o nível da parceria declarada.



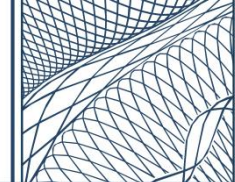
- 6.3. A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto (e seu substituto) idôneo com poderes de decisão para representá-la junto à CMB;
- 6.3.1. Deverão ser informados ao menos os seguintes dados do preposto e seu substituto: nome completo, cargo, telefone e endereço de e-mail;
- 6.3.2. O preposto será responsável, entre outras atividades, por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CMB, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões referentes ao andamento contratual;
- 6.3.3. A CONTRATADA deverá informar imediatamente sempre que houver mudança do seu preposto ou substituto, devendo encaminhar para a CMB as informações pertinentes do novo representante.
- 6.4. As etapas de **“Atesto”**, conforme indicado na tabela de **“Cronograma de Entregáveis”**, terão a finalidade averiguar a qualidade e conformidade dos entregáveis (itens da contratação) realizados pela CONTRATADA com relação às especificações constantes neste Termo de Referência;
- 6.4.1. Os entregáveis poderão ser rejeitados parcialmente ou totalmente, no qual será emitido LAUDO desfavorável pelo Gestor/Fiscal do Contrato;
- 6.4.2. Em caso de não conformidade, caberá à CONTRATADA promover, às suas expensas, a correção/refazimento/substituição de todos os elementos apontadas no LAUDO, no prazo máximo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de entrega do LAUDO desfavorável;
- 6.4.3. A correção/refazimento/substituição dos entregáveis por mais de 2 (duas) vezes poderá ensejar na aplicação de penalidades cabíveis, devendo a CONTRATADA respeitar os prazos máximos definidos;
- 6.4.4. Todos os entregáveis só serão considerados como “concluídos”, estando apta para faturamento, após a emissão do **“Termo de Aceite” (APENSO C)** pela CMB, o que ocorrerá apenas após avaliação de que todos os requisitos deste Termo de Referência foram integralmente cumpridos pela CONTRATADA;
- 6.4.5. A aprovação dos entregáveis não afasta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais prejuízos decorrentes da execução incorreta do instrumento contratual que venham a ser identificados posteriormente.
- 6.5. A entrega de qualquer material/equipamento, relacionados ao objeto desta contratação, deverá ocorrer conforme as condições listadas abaixo, salvo quando definição contrária da CMB:



- I. No Parque Industrial da CMB, localizado à Rua René Bittencourt, nº 371 - Distrito Industrial de Santa Cruz, CEP 23.565-200, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;
  - II. Direcionados para o Departamento de TI Corporativo (DETIC);
  - III. Agendando previamente uma data e horário com a CMB;
  - IV. Em dias úteis, no horário compreendido entre 8:00h e 15:00h.
- 6.6. Os prazos estabelecidos neste Termo de Referência poderão ser estendidos por interesse/conveniência da CMB ou mediante justificativa razoável/plausível apresentada pela CONTRATADA, sujeita a análise e aceitação por parte da CMB;
- 6.7. Para um maior detalhamento das etapas previstas no cronograma apresentado na tabela **“Cronograma de Entregáveis”**, a CONTRATADA deverá observar as informações discriminadas na **“Especificação Técnica” (APENSO A)** deste Termo de Referência.

## 7. DO NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO (NMS)

- 7.1. Serão aplicadas glosas à CONTRATADA, sob forma de desconto sobre o valor mensal do contrato, referentes ao não cumprimento dos indicadores estabelecidos em **“Níveis Mínimos de Serviço (NMS)” (APENSO E)** deste Termo de Referência;
- 7.2. Os níveis mínimos de serviços são critérios objetivos e mensuráveis que visam aferir diversos fatores (qualidade, desempenho, disponibilidade e segurança) relacionados ao objeto contratado;
- 7.3. A aplicação de glosa não tem natureza de sanção administrativa, mas sim de compensação, como forma de simplificação processual;
- 7.4. A glosa aplicada poderá ser objeto de contestação da CONTRATADA por meio do oferecimento de elementos que visem comprovar a sua não responsabilidade;
- 7.5. Os indicadores serão medidos do primeiro ao último dia de cada mês e representados pelo parâmetro de valor exato (=), limite máximo (<=) ou limite mínimo (>=) que deve ser alcançado pela CONTRATADA;
- 7.6. O valor do desconto, decorrente da glosa, deverá ser concedido na fatura do mês de referência da prestação do serviço, em que foi identificado o não atendimento dos respectivos indicadores;
- 7.7. O não atingimento de um mesmo Nível Mínimo de Serviço durante 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses intervalados, em um período de 12 (doze) meses,

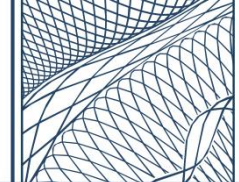


ensejará a aplicação das Sanções Administrativas previstas neste Termo de Referência;

- 7.8. Os Níveis Mínimos de Serviço serão mensurados de forma automatizada e não poderão ser manipulados pela CONTRATADA;
- 7.9. O faturamento somente poderá ser emitido pela CONTRATADA e atestado pelo fiscal do contrato, após a aferição dos devidos descontos a serem concedidos.

## 8. DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

- 8.1. A CONTRATADA deverá assinar “**Acordo de Confidencialidade**” (APENSO B) das informações que vier a ter acesso em razão da execução do contrato, com previsão das condições e obrigações a serem cumpridas durante e após a vigência do instrumento contratual;
- 8.2. Deverá manter a confidencialidade de todos os dados e documentos da CMB ou de terceiros, que foram produzidos, que tiver acesso ou tomado conhecimento em razão da execução do objeto desta contratação;
- 8.3. Não poderá, sem prévia autorização da CMB, veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação do serviço contratado;
- 8.4. Os dados, metadados e informações não poderão, sob nenhuma hipótese, ser fornecidos a terceiros e/ou usados para fins diversos do previsto nesta contratação;
- 8.5. Não poderá acessar ou manipular qualquer dado a ela confiada sem a prévia autorização da CMB, devendo notificar imediatamente qualquer má utilização, acesso indevido, manipulação não autorizada ou qualquer outra violação que chegue ao seu conhecimento;
- 8.6. Todos os dados gerados, operacionalizados e custodiados pela CONTRATADA, em razão da prestação do objeto contratado, são de exclusiva propriedade da CMB, a quem deverá ser assegurado acesso irrestrito a qualquer momento durante a vigência contratual;
- 8.7. A CONTRATADA deverá entregar para a CMB qualquer documentação produzida em decorrência da prestação do objeto contratado, bem como ceder, em caráter definitivo e irrevogável, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos resultados produzidos durante a vigência do contrato e eventuais aditivos;
- 8.8. A CONTRATADA deverá, sempre que requisitada, comprovar a adoção e a observância das melhores práticas de segurança da informação, com vistas à mitigação de riscos que possam impactar a CMB no âmbito do objeto da



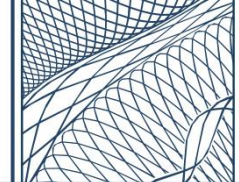
contratação, bem como comunicar imediatamente a ocorrência ou a identificação de qualquer incidente de segurança da informação que possa ter afetado ou venha a afetar a CMB.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CMB

- 9.1. Nomear Gestor e Fiscais do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 9.2. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA no prazo e em conformidade com as condições estabelecidas no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.3. Comunicar a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para devida correção;
- 9.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/empregado especialmente designado, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- 9.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos no instrumento contratual;
- 9.6. Proporcionar, quando aplicável, os recursos necessários para que a CONTRATADA possa prover com eficiência o objeto contratado;
- 9.7. Viabilizar, nos termos deste instrumento, o acesso dos profissionais da CONTRATADA às premissas da CMB ou de forma remota para a devida prestação do objeto contrato;
- 9.8. Avaliar o cumprimento da CONTRATADA dos prazos estabelecidos, aplicando penalidades quando couber;
- 9.9. Fornecer à CONTRATADA informações e esclarecimentos necessários quanto a execução do objeto;
- 9.10. Validar relatórios e planos de ação emitidos pela CONTRATADA, mantendo registro formal das aprovações;
- 9.11. Fornecer à CONTRATADA as autorizações necessárias para execução do objeto, garantindo que não impacte o ambiente de produção.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

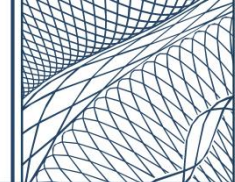
- 10.1. Indicar formalmente preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual;



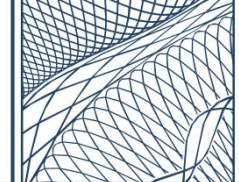
- 10.2. Cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto;
- 10.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no instrumento contratual;
- 10.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, objeto com avarias/defeitos ou em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento;
- 10.5. Comunicar à CMB, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.6. Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 10.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CMB ou a terceiros, independentemente da comprovação de culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização da execução contratual pela CMB;
- 10.9. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CMB, que terá poderes para sustar o fornecimento do objeto, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 10.10. Fornecer e responsabilizar-se por todos os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratado, arcando com todas as despesas de qualquer natureza;
- 10.11. Observar e atender a todas as normas e instruções emanadas pela CMB, além de toda a legislação pertinente;
- 10.12. Reportar imediatamente anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução do objeto;
- 10.13. Atender convocações da CMB de acordo com os prazos e condições estabelecidas no instrumento contratual.

## 11. DAACEITABILIDADE DA PROPOSTA





- 11.1. Encerrada a fase competitiva, a CMB realizará diligência destinada a verificar a exequibilidade da proposta mais bem classificada, nos termos do art. 56, §2º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Para tanto, caberá ao proponente detentor da melhor oferta encaminhar proposta comercial elaborada em estrita observância ao modelo constante do documento **“Proposta de Preços” (APENSO F)**;
- 11.2. A **proposta comercial** apresentada deverá ser elaborada em língua portuguesa (Brasil), com suas páginas numeradas, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões que acarretem lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou impeçam a exata compreensão de seu conteúdo;
  - 11.2.1. A proposta deverá contar, no mínimo, com os seguintes elementos:
    - I. Razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone e correio eletrônico (e-mail) do licitante;
    - II. Valores expressos em Real (R\$), observando o número máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
    - III. Data e assinatura do representante do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura;
    - IV. Prazo de validade da proposta (mínimo de sessenta dias), a contar da data da sessão pública.
  - 11.2.2. A proposta deverá apresentar os valores individuais e totais referentes a todos os itens da contratação indicados neste Termo de Referência;
  - 11.2.3. O fornecimento das soluções deverá englobar todos os hardwares, softwares e licenças necessários ao seu funcionamento e para o pleno atendimento das especificações técnicas exigidas, mesmo que não solicitados explicitamente neste Termo de Referência;
    - 11.2.3.1. Caso o licitante necessite fornecer hardwares e/ou softwares adicionais não especificados nominalmente neste documento, mas necessários para o atendimento das funcionalidades exigidas, estes deverão estar devidamente identificados na proposta, juntamente com seus custos individuais.
  - 11.2.4. O uso do modelo **“Proposta de Preços” (Apenso F)** é obrigatório, tendo o objetivo de garantir a correta identificação do objeto ofertado pelo licitante. Essa exigência visa permitir à CMB uma avaliação precisa das propostas, assegurando sua integral aderência aos requisitos estabelecidos, além de prevenir a ocorrência de sobrepreços, superfaturamento ou a inclusão



indevida de custos que possam resultar em pagamentos irregulares ou por serviços não prestados, conforme previsto no Art. 31 da Lei nº 13.303/2016;

11.2.5. A **não conformidade da proposta comercial**, seja por ausência ou inadequação aos padrões estabelecidos, poderá resultar na **desclassificação do licitante**.

11.3. A CMB poderá promover diligências diretamente com o licitante para dirimir quaisquer dúvidas, esclarecer ou complementar informações apresentadas a fim de aferir a sua veracidade, o que poderá ocorrer, a seu critério, de forma presencial, audioconferência ou e-mail.

## 12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Será **obrigatório ao licitante vencedor** apresentar um, ou mais, atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa(s) Jurídica(s) de direito público ou privado que, na condição de cliente(s) final(is), comprove(m) o fornecimento satisfatório, pela licitante, de bens com características compatíveis com o objeto da licitação, **observado o mínimo de 50% do quantitativo total licitado**;

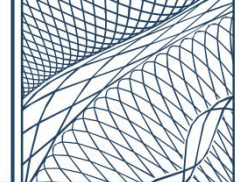
12.2. Os atestados apresentados deverão comprovar que a licitante tenha executado ou esteja executando serviços de características técnicas semelhantes ao objeto, relacionadas às seguintes competências:

- I. Fornecedor de produtos e licenças do fabricante Fortinet;
- II. Prestação de serviço de suporte técnico para equipamentos do fabricante Fortinet.

12.3. Será permitido o somatório de atestados para efeito de comprovação de experiência na prestação do serviço, não se exigindo que todos tenham sido prestados a uma única pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que a soma atenda os quantitativos mínimos exigidos acima;

12.4. Nos atestados deverão estar expressos, no mínimo, as seguintes informações:

- I. Nome e CNPJ do licitante;
- II. Nome e CNPJ do cliente;
- III. Descrição completa do fornecimento/serviço executado que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados e identifiquem a compatibilidade e semelhança com objeto da licitação;
- IV. Período de vigência do contrato;
- V. Nome e e-mail do emissor do atestado;
- VI. Data de emissão e assinatura do emissor.



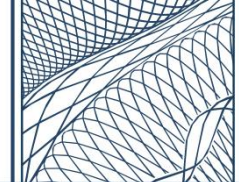
- 12.5. Não serão considerados os atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da proponente;
- 12.6. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ofertados na presente licitação, podendo apresentar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho;
- 12.7. A CMB reserva-se o direito de diligenciar a pessoa jurídica indicada no atestado de capacidade técnica, a fim de validar ou esclarecer informações sobre o serviço prestado.

### 13. DO PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento dos **ITENS 1 ao 6** será efetuado em **parcela única**, ao passo que o pagamento do **ITEM 7** será efetuado de forma **mensal**;
- 13.2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de **30 (trinta) dias consecutivos**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento do objeto entregue, através de transferências bancárias, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA;
- 13.3. Os pagamentos serão realizados somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem falhas na sua execução, mediante a emissão do **“Termo de Aceite” (APENSO C)** por parte da CMB;
- 13.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;
- 13.5. Especificamente para o **ITEM 7** da contratação, o pagamento será baseado em função dos resultados apresentados, ou seja, somente após mensuração, avaliação e validação dos **“Níveis Mínimos de Serviço (NMS)” (APENSO E)** definidos, de modo a resguardar a eficiência e a qualidade na prestação do serviço.

### 14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Fica vedado neste ato, à CONTRATADA, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer



personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais cláusulas estabelecidas no instrumento contratual, sem a competente, expressa e formal anuência da CMB.

#### 15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do instrumento contratual; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do instrumento contratual.

#### 16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Deverá ser apresentada garantia de execução do instrumento contratual, nas condições estabelecidas no instrumento contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do instrumento contratual.

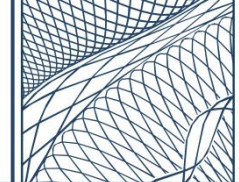
#### 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

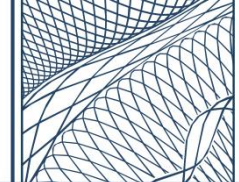
- 17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.3. Fraudar na execução do instrumento contratual;
- 17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 17.1.5. Cometer fraude fiscal.

17.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, nos termos da Lei nº 13.303/2016:

- 17.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CMB;
- 17.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do valor total do instrumento contratual;
- 17.2.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do instrumento contratual, no caso de inexecução total do objeto;



- I. Em caso de inexecução parcial, a multa, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- 17.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Casa da Moeda do Brasil por até 2 (dois) anos.
- 17.3. O não atendimento integral ou parcial do envio da Ficha com Dados de Segurança – FDS, quando exigido, acarretará em multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Nota fiscal de entrega, podendo ser duplicada na reincidência, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das demais penalidades previstas;
- 17.4. O não atendimento integral ou parcial do envio de certificados, laudos ou boletins técnicos que asseguram a qualidade dos itens garantidos pelo fornecedor, quando exigido, acarretará na aplicação das penalidades de advertência e/ou multa de até 2% sobre o valor total da Nota Fiscal de entrega, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das demais penalidades previstas;
- 17.5. As penalidades de advertência e de suspensão temporária poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa;
- 17.6. As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite do instrumento contratual;
- 17.7. Também fica sujeita às penalidades do art. 83, III da Lei nº 13.303, de 2016, a CONTRATADA que:
  - 17.7.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 17.7.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 17.7.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CMB em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA;
- 17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, a finalidade preventiva, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade;
- 17.10. Sem prejuízo da aplicação de penalidades, a CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303/2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;



17.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

17.12. As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Tesouraria - SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer que ateste o recebimento;

17.12.1. Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem anterior e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, nos termos dos artigos 82, §§2º e 3º e 83, §1º, da Lei nº 13.303/2016.

17.13. Não cumprida a obrigação, também responderá o contratado na forma do artigo 389 do Código Civil.

## 18. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

18.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos ou frações, até o limite de 60 (sessenta) meses.

## 19. SUMÁRIO DE APENSOS

APENSO A: Especificação Técnica.

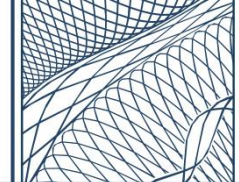
APENSO B: Acordo de Confidencialidade.

APENSO C: Termo de Aceite.

APENSO D: Proposta de Preços.

APENSO E: Níveis Mínimos de Serviço (NMS).

APENSO F: Modelagem do Processo

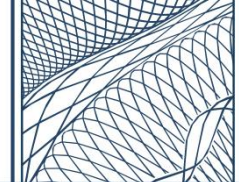


## **APENSO A - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **1. REQUISITOS GERAIS**

- 1.1. A CONTRATADA será responsável por prover toda a solução tecnológica e suporte especializado, nos moldes deste Termo de Referência, necessários para o pleno atendimento do objeto solicitado;
- 1.2. Deverá manter uma comunicação ativa e transparente com a CMB, fornecendo atualizações regulares sobre o andamento das atividades e quaisquer dificuldades ou desafios enfrentados;
- 1.3. Deverá aplicar todos os controles de segurança adequados para garantir a confidencialidade dos dados da CMB que vier a receber ou ter acesso ao longo da vigência contratual;
- 1.4. Deverá realizar o levantamento de todas as informações necessárias para a correta entrega do objeto contratado;
- 1.5. Deverá desempenhar todas as atividades com total integração e sinergia, buscando sempre executá-las de forma eficiente, adaptável e orientada a resultados;
- 1.6. Deverá adequar a redação de documentos e relatórios gerados quanto à clareza, objetividade, detalhamento técnico e conformidade com as boas práticas e normas aplicáveis;
- 1.7. Deverá dimensionar equipe técnica em quantitativo e capacitação compatíveis com as exigências da contratação, a fim de garantir que o objeto seja executado dentro dos prazos máximos exigidos e sem interrupção;
  - 1.7.1. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela equipe técnica designada para prestação do objeto, primando sempre pela sua máxima qualidade, desempenho e eficiência;
  - 1.7.2. Os profissionais colocados à disposição da CMB, embora sujeitos às suas normas disciplinares e de segurança, não terão com ela qualquer vínculo empregatício.
- 1.8. Deverá apoiar a CMB em todo o processo de execução do objeto, devendo estar disponível para o esclarecer quaisquer dúvidas relacionadas ao objeto da contratação;
- 1.9. Deverá permanecer à disposição para participar, sempre que solicitado pela CMB, de reuniões destinadas à apresentação de documentos, relatórios ou fornecimento de esclarecimentos acerca de quaisquer aspectos da contratação;



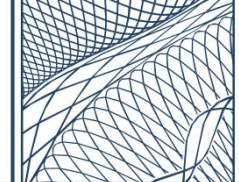


- 1.10. Ocorrerá por conta da CONTRATADA toda e qualquer despesa, independente da sua natureza, necessárias para a correta entrega do objeto contratado;
- 1.11. Não poderão ser geradas cobranças adicionais para além dos quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, salvo na condição de aditivo contratual de interesse exclusivo da CMB (Lei 13.303 Art. 81, VI, §1º);
- 1.12. Para todas as atividades executadas, deverá ser empregada a língua portuguesa falada e escrita do Brasil, salvo para uso de termos técnicos em inglês, acesso a sites com conteúdo na língua inglesa e material original do fabricante em inglês;
- 1.13. Todos os requisitos exigidos neste Termo de Referência devem ser considerados como os mínimos necessários para o devido atendimento da contratação;
- 1.14. A CMB reserva-se o direito de realizar quaisquer configurações, instalações, integrações ou conexões na solução contratada, desde que tais ações não resultem em danos físicos ou lógicos aos equipamentos ou sistemas. Tais intervenções não serão consideradas motivo para desobrigar o CONTRATADA do cumprimento das obrigações assumidas, nem para suspensão, limitação ou interrupção do suporte técnico ou das garantias vinculadas à solução.

## 2. SOLUÇÃO TECNOLÓGICA (ITENS 1 ao 6)

### **QUANTO AOS EQUIPAMENTOS**

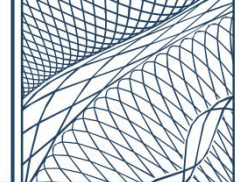
- 2.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos solicitados, de acordo com o quantitativo e modelo especificado neste Termo de Referência.
- 2.2. Especificamente em relação aos **Fortigate 201G**, estes deverão obrigatoriamente atender aos seguintes requisitos mínimos:
  - I. Ser fornecido na modalidade de “**appliance físico**”, oficialmente homologado pelo fabricante da solução, não sendo aceitos equipamentos genéricos, servidores convencionais, sistemas operacionais de propósito geral ou quaisquer composições equivalentes que descaracterizem o equipamento como appliance dedicado;
  - II. Deve vir acompanhado de conjunto completo de montagem (Mounting Hardware) compatível com instalação em rack padrão de 19” (dezenove polegadas);
  - III. Deve possuir, no mínimo, 2 (duas) fontes AC redundantes capazes de operar na faixa de 100-240V;



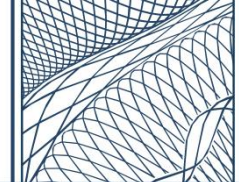
- IV. Deve vir acompanhado de todos os cabos de energia, acessórios e componentes necessários ao seu funcionamento pleno;
  - V. Deve vir acompanhado da documentação técnica oficial fornecida pelo fabricante, incluindo guias de instalação, especificações técnicas, certificados de homologação e quaisquer instruções necessárias para a correta implantação e operação.
- 2.3. Deverá ser fornecido Transceiver Óptico SFP+ de 10 Gbps (dez gigabits por segunda) do tipo “Long Range (LR)”, com conector tipo “Duplex LC”, não sendo aceitos Transceivers Óptico genéricos ou não homologados pelo fabricante do equipamento.
- 2.4. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (de primeiro uso) e entregues pela CONTRATADA em perfeitas condições de conservação e operação, não sendo aceitos equipamentos remanufaturados, reconicionados, usados ou com sinais de uso;
- 2.5. Todos os equipamentos deverão estar acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade;

#### **QUANTO AS LICENÇAS**

- 2.6. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todas as licenças necessárias para o correto funcionamento da solução contratada, devendo contar, nos moldes deste Termo de Referência, com suporte técnico, garantia do hardware (Return Material Authorization - RMA) e atualizações periódicas do firmware/sistema oficiais do fabricante;
- 2.6.1. As licenças, necessárias ao pleno funcionamento da solução, deverão cobrir todo o período de vigência da contratação;
  - 2.6.2. Todas as licenças fornecidas deverão ser emitidas em nome da Casa da Moeda do Brasil (CMB), que será a detentora de todos os direitos associados a elas;
  - 2.6.3. A ativação das licenças será realizada diretamente pela CMB. Contudo, na hipótese de ocorrência de falhas ou impedimentos durante o processo de ativação, caberá à CONTRATADA prestar o suporte técnico necessário ou, quando aplicável, acionar o fabricante, sem qualquer ônus adicional para a CMB, a fim de assegurar a plena e regular ativação das licenças.



- 2.7. Todas as licenças destinadas aos **FortiGates** devem habilitar integralmente o conjunto de serviços contemplados no pacote “**Unified Threat Protection (UTP) Bundle**”, garantindo acesso a todas as funcionalidades e proteções disponibilizadas pelo fabricante nessa modalidade, conforme estipulado em seu site oficial: <https://www.fortinet.com/content/dam/fortinet/assets/data-sheets/og-fortiguard.pdf>;
- 2.7.1. As licenças não deverão possuir qualquer restrição quanto ao número máximo de usuários que poderão trafegar dados através do dispositivo, devendo essa limitação restringir-se exclusivamente a capacidade do hardware vinculado.
- 2.8. As licenças do **FortiManager** e o **FortiAnalyzer** deverão ser providas no modelo de “**Máquina Virtual (VM)**”, compatível obrigatoriamente com plataforma VMWare, nas seguintes condições:
- I. O **FortiManager** deverá permitir o gerenciamento de, no mínimo, **10 (dez) dispositivos/VDOMs simultâneos**, assegurando a plena administração centralizada das configurações, políticas e atualizações dos Fortigates licenciados nesta contratação;
  - II. O **FortiAnalyzer** deverá suportar o ingresso de, no mínimo, **50 GB (cinquenta gigabytes) de logs por dia**, destinados ao registro e à análise centralizada de eventos.
- 2.9. Todas as licenças deverão ser fornecidas em conformidade a opção de serviço “**FortiCare PREMIUM**” do fabricante, conforme discriminado em seu site oficial: <https://www.fortinet.com/content/dam/fortinet/assets/solution-guides/sb-forticare-services.pdf>;
- 2.9.1. O serviço “FortiCare Premium” deverá prover direito ao suporte técnico oficial do fabricante e a atualizações periódicas de firmware/sistema para os FortiGates, FortiManager e FortiAnalyzer fornecidos. Adicionalmente, deverá garantir para os FortiGates cobertura de garantia de hardware (RMA);
- 2.9.2. Para o devido cumprimento do processo de RMA, o envio da unidade substituta e a coleta da unidade defeituosa deverão ser realizados **sem quaisquer ônus à CMB**, abrangendo todos os custos de transporte, logística e demais despesas correlatas. As entregas e coletas deverão ocorrer no seguinte endereço: **Parque Industrial da CMB, Rua René Bittencourt, nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, CEP 23.565-200, Rio de Janeiro/RJ**;

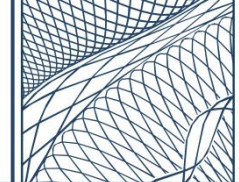


- 2.10. Todas as licenças fornecidas deverão ser originais, legítimas e devidamente homologadas pelo fabricante, obedecendo integralmente às políticas de distribuição e uso oficialmente estabelecidas.

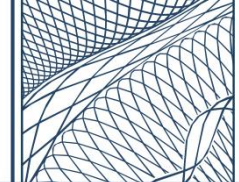
### 3. SUPORTE TÉCNICO (ITEM 7)

#### **QUANTO A SUA EXECUÇÃO**

- 3.1. A CONTRATADA será responsável pela **prestação de serviço continuado de suporte técnico**, sem necessidade de dedicação exclusiva, nos moldes deste Termo de Referência;
- 3.1.1. O Serviço deve ser provido em regime integral, ou seja, **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano**;
- 3.1.2. O serviço deverá ser prestado preferencialmente de forma remota, admitindo-se a execução de atividades presenciais somente mediante condições específicas previstas mais adiante neste instrumento;
- 3.1.3. A CONTRATADA deve acompanhar a qualidade do serviço observando integralmente os Níveis Mínimos de Serviço (NMS) estabelecidos;
- 3.1.4. Além dos equipamentos adquiridos por meio desta contratação, o serviço de suporte deverá cobrir também o quantitativo de 10 (dez) equipamentos Fortinet Access Point (FortiAP) atualmente instalados no ambiente da CMB.
- 3.2. O Serviço de Suporte Técnico deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:
- I. Provimento de informações técnicas sobre a solução, incluindo orientações de uso, requisitos operacionais e boas práticas;
  - II. Assistência e orientação para diagnósticos, avaliações, identificação de causas, resolução de problemas e tratamento de incidentes relacionados à solução;
  - III. Apoio técnico para auxiliar a CMB na correta operação, configuração e funcionamento dos equipamentos, contribuindo para a prevenção de falhas e a manutenção da disponibilidade dos serviços
  - IV. Esclarecimentos e suporte consultivo, quando necessário, para orientar melhorias, ajustes ou otimizações no ambiente.
- 3.3. A CONTRATADA deverá permitir, proporcionando um único ponto de contato, o registro e acompanhamento de chamados (tickets) por parte da CMB, relacionados ao objeto da contratação;

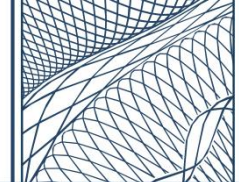


- 3.3.1. Deve ser realizado o gerenciamento de todo o ciclo de vida do chamado, abrangendo desde o registro inicial até o seu fechamento, incluindo o recebimento de solicitações, o encaminhamento para a equipe técnica apropriada, o acompanhamento do status e a comunicação sobre o progresso e a resolução.
- 3.4. Os chamados deverão ser priorizados e atendidos de acordo com os prazos de solução definitiva exigidos em “**Níveis Mínimos de Serviço (NMS)**” (**APENSO E**), onde poderão ser classificados pela CMB de acordo com as seguintes níveis de severidade:
- I. **ALTA:** Ocorrências que provoquem a indisponibilidade total do(s) equipamento(s) e/ou serviço(s), ou que representem risco certo ou iminente de paralisação completa das suas operações. Incluem-se situações que impactem diretamente a continuidade do negócio ou comprometam a segurança do ambiente tecnológico da CMB.
  - II. **MÉDIA:** Ocorrências que afetem o desempenho, a estabilidade ou o funcionamento adequado do(s) equipamento(s), sem, contudo, ocasionar sua indisponibilidade total. Abrange falhas de performance, funcionamento parcial, degradação ou indisponibilidade de uma ou mais funcionalidades pontuais. Envolve também o apoio na investigação e correção de falhas operacionais e incidentes de segurança.
  - III. **BAIXA:** Ocorrências que não impactem o desempenho, a disponibilidade ou a operação do(s) equipamento(s). Enquadram-se nesta categoria solicitações voltadas para a elaboração de relatórios, apoio em atividades operacionais, análise técnica, atividades de orientação, esclarecimentos, obtenção de informações, instalação, configuração ou resolução de dúvidas gerais relacionadas ao uso ou administração do(s) equipamento(s) ou suas funcionalidades.
- 3.5. A CONTRATADA poderá, excepcionalmente e a seu critério, solicitar a presença de seus profissionais nas dependências da CMB para a resolução de chamados de criticidade **ALTA ou MÉDIA**. Nesses casos, competirá exclusivamente à CMB avaliar e concordar com a solicitação, mediante apresentação de justificativa técnica devidamente fundamentada pela CONTRATADA;
- 3.6. Sempre que necessária a presença de profissionais da CONTRATADA nas premissas da CMB, a CONTRATADA deverá, no prazo máximo de **até 8 (oito) horas**, encaminhar previamente as seguintes informações:



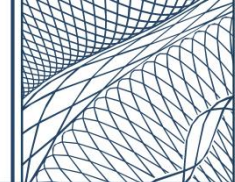
- I. Nome completo, número de RG e CPF dos profissionais;
  - II. Nome, marca e “serial number” dos equipamentos portados.
- 3.7. Caberá à CMB viabilizar e aprovar o acesso de todos os profissionais indicados pela CONTRATADA às suas dependências. Após a respectiva aprovação, a CONTRATADA deverá assegurar que os profissionais designados compareçam às instalações da CMB no prazo máximo de **até 48 (quarenta e oito) horas**. O atendimento poderá ocorrer em qualquer uma das seguintes unidades:
  - I. **Unidade Santa Cruz:** Rua René Bittencourt nº 371- Distrito Industrial de Santa Cruz - Rio de Janeiro/RJ;
  - II. **Unidade Flamengo:** Praia do Flamengo, 66 / 19º andar – Praia do Flamengo - Rio de Janeiro/RJ.
- 3.8. Deverão ser disponibilizados, no mínimo, os seguintes canais de comunicação para atendimento dos chamados demandados pela CMB:
  - I. Sistema Eletrônico de Service Desk;
  - II. Linha ou central telefônica (gratuita ou com custo de ligação local);
  - III. Correio eletrônico (e-mail).
- 3.9. O **Sistema Eletrônico de Service Desk** será considerado o principal canal de atendimento para o registro e acompanhamento dos chamados, onde todo o ciclo de vida do atendimento deverá ser tratado e documentado;
  - 3.9.1. Deve ser disponibilizado em infraestrutura da CONTRATADA, sendo acessível via navegador Web padrão (Google Chrome, Microsoft Edge, Mozilla Firefox, etc.) por meio de protocolos seguros (HTTPS);
  - 3.9.2. Todos os dados armazenados no sistema devem ser mantidos de forma criptografada, garantia sua confidencialidade;
  - 3.9.3. Deve implementar mecanismos de autenticação, fazendo uso de senhas alfanuméricas fortes, nome de usuário único (auditável) e segundo fator de autenticação (Two-Factor-Authentication - 2FA);
  - 3.9.4. Deve permitir o acompanhamento dos chamados em aberto, bem como consultar o histórico de chamados finalizados ao longo do contrato;
  - 3.9.5. Deve gerar notificações por e-mail quando houver novas interações ou mudança no status dos chamados em atendimento.
- 3.10. A **Linha ou central telefônica** disponibilizada deverá permitir o recebimento de chamadas locais de telefone fixo e móvel de qualquer localidade do Brasil e estar vinculado a uma central de atendimento que organize as ligações em uma fila, devendo ser atendidas diretamente pela equipe do suporte;





- 3.10.1. Não serão aceitos, para atendimento deste requisito, números telefônicos de particulares, intermediários ou mesmo do próprio preposto do Contrato.
- 3.11. O **Correio eletrônico (e-mail)** disponibilizado deverá estar vinculado a um domínio registrado e de propriedade da CONTRATADA e hospedado em local que possua controles de segurança (Criptografia, Gestão de Identidade e Acesso, Atualizações Regulares, Proteções de Borda, etc.) adequados para garantir a confidencialidade dos dados da CMB;
- 3.11.1. O endereço de email disponibilizado deve permitir a abertura automática de chamados no Sistema Eletrônico de Service Desk ou ser uma conta compartilhada acessível apenas pela equipe do suporte;
- 3.11.2. Não serão aceitos, para atendimento deste requisito, cotas de e-mail hospedadas em provedores de email gratuitos ou de particulares ou mesmo do próprio preposto do Contrato.
- 3.12. Os meios de comunicação ofertados podem ter recursos de automação (URA, chatbot etc.) e autoatendimento implementados, mas devem **obrigatoriamente** oferecer a opção de contato direto com um atendente humano do suporte;
- 3.13. As solicitações de atendimento poderão ser registradas a qualquer dia e horário, tanto em dias úteis como finais de semana, feriados e pontos facultativos;
- 3.14. Para a abertura dos chamados, deverá ser mantido o registro mínimo das seguintes informações:
- I. Número do atendimento (identificação única);
  - II. Identificação do atendente;
  - III. Identificação do solicitante;
  - IV. Data e hora da solicitação;
  - V. Tempo transcorrido do atendimento;
  - VI. Descrição da demanda.
- 3.15. A CONTRATADA deverá possuir procedimento de escalação funcional documentado, em conformidade com as melhores práticas descritas pelo Technology Infrastructure Library (ITIL), com os seguintes níveis de atendimento:
- I. **Primeiro Nível (N1):** Atendimento inicial que visa resolver demandas de baixa complexidade, além de encaminhar questões mais complexas para níveis superiores de suporte (se necessário);
  - II. **Segundo Nível (N2):** Envolve técnicos mais especializados para lidar com questões de complexidade moderada;

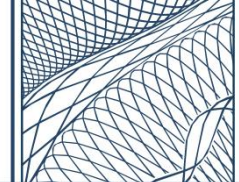




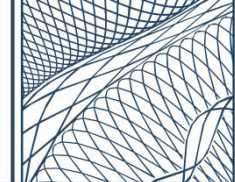
- III. **Terceiro Nível (N3):** Acionado para problemas de alta complexidade, que demandam intervenção de especialistas e/ou do fabricante.
- 3.16. O atendimento dos chamados deve ser iniciado por profissionais da CONTRATADA que estejam em horário de trabalho no momento do atendimento, vedado o uso do chamado “regime de plantão”, “sobreaviso” e/ou sistemas similares, onde o funcionário passa a trabalhar apenas quando acionado;
- 3.17. Deverá ser disponibilizada uma lista de “escalação extraordinária” para os chamados, possibilitando que a CMB acione instâncias hierárquicas superiores em situações excepcionais e de alta criticidade, quando as demandas não estiverem sendo tratadas a contento pelo canal de atendimento convencional do suporte;
- 3.17.1. A lista de “escalação extraordinária” deverá alcançar, no mínimo, o nível hierárquico de diretoria (ou equivalente) da CONTRATADA, contendo o nome completo, cargo, telefone e e-mail de todos os profissionais relacionados;
- 3.17.2. Sempre que houver alterações nos profissionais constantes da lista de “escalação extraordinária”, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a CMB e disponibilizar a versão atualizada;
- 3.18. Não poderá haver limitadores, ao longo da vigência contratual, com relação a quantidade de demandas, de horas, de atendimentos realizados ou uso do serviço contratado.

#### **QUANTO AO SEU PROCEDIMENTO**

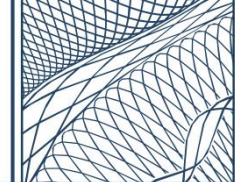
- 3.19. A CONTRATADA, ao receber um chamado, deverá verificar previamente se o profissional responsável pela abertura do mesmo está autorizado pela equipe de fiscalização do contrato da CMB;
- 3.19.1. A CONTRATADA deverá realizar a gestão (ou permitir a gestão pela própria CMB) da base de contatos autorizados, devendo constar ao menos as seguintes informações: nome, telefone, e-mail e setor;
- 3.19.2. Apenas os membros da equipe de fiscalização do contrato poderão gerir a base de contatos autorizados;
- 3.19.3. No caso de tentativa de abertura de chamados por profissionais não autorizados, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a equipe de fiscalização do contrato;
- 3.19.4. Não poderá haver limitação quanto ao número de profissionais da CMB autorizados a abrir chamados.



- 3.20. Requisições encaminhadas via e-mail ou telefone deverão ser registrados pela CONTRATADA no Sistema Eletrônico de Service Desk, complementando com as informações pertinentes e requeridas para o início do atendimento;
- 3.20.1. Compete à CONTRATADA realizar uma análise criteriosa dos chamados encaminhados pela CMB, avaliando seu grau de complexidade para identificar a necessidade de escalonamento para um nível de suporte mais apropriado, buscando principalmente priorizá-los adequadamente para garantir o devido cumprimento dos prazos estabelecidos nos **"Níveis Mínimos de Serviço" (APENSO E)** deste Termo de Referência;
- 3.21. Caso a resolução da demanda dependa (em parte ou no todo) da atuação da CMB, a CONTRATADA deverá modificar o status do chamado para "Pendente do Contratante" (ou similar) e registrar o prazo previsto para sua resolução (fornecido pela CMB);
- 3.21.1. Nesse caso, a contagem do Nível Mínimo de Serviço (NMS) será interrompida e retomará quando a(s) pendência(s) for(em) solucionada(s) pela CMB e o chamado devolvido à CONTRATADA.
- 3.22. Caso a resolução da demanda dependa (em parte ou no todo) da atuação do fornecedor da solução tecnológica, a CONTRATADA deverá modificar o status do chamado para "Pendente do Fabricante" (ou similar) e registrar o prazo previsto para sua resolução (fornecido pelo fabricante);
- 3.22.1. Nesse caso, será tolerado o prazo máximo de **até 72 (setenta e duas) horas** para resolução da(s) pendência(s) identificada(s);
- 3.22.2. A CONTRATADA deverá manter no Eletrônico de Service Desk o número de identificação do chamado aberto junto ao canal oficial de suporte do fabricante, assim como mantê-lo atualizado com as interações realizadas no chamado.
- 3.23. Caso a resolução da demanda exija (em parte ou no todo) da atuação presencial da CONTRATADA nas premissas da CMB, a CONTRATADA deverá modificar o status do chamado para "Pendente de Visita Técnica" (ou similar), devendo obedecer aos prazos estabelecidos nos itens 3.6 e 3.7 da seção "QUANTO A SUA EXECUÇÃO";
- 3.23.1. Nesse caso, a contagem do Nível Mínimo de Serviço (NMS) será interrompida até que o técnico da CONTRATADA faça o primeiro acesso ao componente da solução instalado fisicamente na CMB.



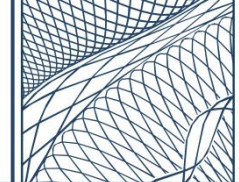
- 3.24. A CONTRATADA deverá sempre justificar tecnicamente caso a resolução da demanda dependa de atuação da própria CMB, do fabricante da solução ou de forma presencial, devendo encaminhar para aprovação da CMB, antes da mudança do status do chamado, todas as informações relacionadas às pendências identificadas;
- 3.24.1. Uma vez aprovada a mudança do status do chamado, continuará sendo responsabilidade da CONTRATADA o acompanhamento do seu andamento, o esclarecimento de eventuais dúvidas, prestação do apoio técnico e consultivo necessário, devendo sempre observar os prazos definidos (pela CMB ou fabricante) no registro do chamado;
- 3.24.2. O acionamento do fabricante deverá ocorrer visando exclusivamente a análise de problemas de alta complexidade, no qual a CONTRATADA não tenha condições de atuar e demande a atuação direta do fabricante para sua resolução;
- 3.24.3. A contagem do Nível Mínimo de Serviço (NMS) será interrompida até que a CMB finalize a avaliação da justificativa apresentada.
- 3.25. Serão admitidas a adoção de “Resoluções Paliativas”, a serem adotadas temporariamente e exclusivamente para fins de redução ou eliminação do impacto causado por um problema no qual uma “Resolução Definitiva” ainda não esteja oficialmente disponível ou não seja possível no momento;
- 3.25.1. Considera-se como “Resolução Definitiva” o restabelecido do serviço para seu estado de normalidade, sem qualquer restrição de desempenho ou funcionalidade, fazendo o uso de ações/atividades oficialmente recomendadas pelo fabricante;
- 3.25.2. As “Resoluções Paliativas” só poderão ser adotadas quando devidamente justificadas pela CONTRATADA, devendo passar preliminarmente pela aprovação da CMB antes da sua implementação;
- 3.25.3. O uso de “Resoluções Paliativas” deverá ocorrer em caráter temporário, cabendo à CONTRATADA implementar a correta “Resolução Definitiva” assim que disponível;
- 3.25.4. A CONTRATADA não poderá se eximir da responsabilidade de oferecer “Resoluções Paliativa”, dentro do prazo do NMS exigido, mesmo quando o incidente estiver relacionado a um mal funcionamento da própria solução tecnológica requisitada.



- 3.26. A CONTRATADA deverá identificar, para o devido cumprimento dos chamados, possíveis riscos que possam trazer impacto ao ambiente da CMB, situação essa em que deverá encaminhar o detalhamento das mudanças necessárias e os respectivos riscos identificados para análise da CMB, que deliberará quanto a necessidade do acionamento do seu processo interno de gestão de mudanças;
- 3.27. Após atendida a demanda, o chamado deverá ficar por **5 (cinco) dias corridos** com status de “Resolvido” (ou similar), podendo ser reaberto pela CMB dentro deste período, caso seja entendido que tal chamado não foi atendido satisfatoriamente (independente de tratar-se de resolução definitiva ou paliativa);
- 3.27.1. Ao final do período designado, caso não haja nenhuma discordância da CMB, o chamado deverá ser alterado para o status “Fechado” (ou similar);
- 3.27.2. Em caso de reabertura do chamado, haverá a continuação da contagem do tempo de atendimento para fins de cumprimento do NMS estabelecido.
- 3.28. Será de responsabilidade da CONTRATADA sempre manter o registro, através do sistema eletrônico, de qualquer atividade que venha a executar, descrevendo todas as informações relevantes para o atendimento do chamado;
- 3.29. A modelagem do Processo de Atendimento de Chamados pode ser observada em **“Modelagem do Processo” (APENSO F)** deste Termo de Referência;

### **QUANTO A QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE**

- 3.30. A CONTRATADA deverá manter em seu quadro um conjunto coeso de profissionais, altamente capacitados e especializados, com qualificação plena e conhecimento técnico compatível com a complexidade dos serviços prestados nesta contratação;
- 3.30.1. Todos os profissionais deverão possuir diploma/certificado de conclusão, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, na área de Tecnologia da Informação (ou equivalente) OU diploma/certificado de conclusão, devidamente registrado, de curso de graduação completo em qualquer área, acompanhado de curso de pós-graduação (lato ou stricto sensu) em Tecnologia da Informação (ou equivalente), expedidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação;
- 3.30.2. Possuir ao menos 2 (dois) profissionais com perfil de “Analista de Redes Sênior” (ou equivalente), com experiência de ao menos 2 (dois) anos nessa função, ao longo dos últimos 6 (seis) anos;

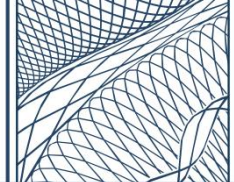


- 3.30.3. A fim de garantir o pleno conhecimento da solução tecnológica disponibilizada, a CONTRATADA deve possuir ao menos 2 (dois) profissionais especialistas no fabricante solicitado. Para a devida comprovação, serão aceitas certificações oficiais emitidas pelo próprio fabricante (nível profissional, expert, architect ou equivalente) OU diploma emitido por centros de treinamentos oficiais ou parceiro credenciado pelo fabricante.
- 3.31. Caberá à CONTRATADA comprovar, sempre que solicitada pela CMB, que está atendendo plenamente aos requisitos de qualificação exigidos neste Termo de Referência;
- 3.32. A CMB deverá ser informada caso, em algum momento, a CONTRATADA deixe de cumprir com os requisitos de qualificação exigidos;
- 3.33. A CONTRATADA deverá prever a substituição imediata de qualquer profissional, por outro de mesmo perfil, no caso de falta, impedimentos, férias e outras questões trabalhistas;
- 3.34. Em caso de desligamento de profissionais, a CONTRATADA terá o prazo máximo de **até 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da data do afastamento, para repor seu quadro a fim manter a conformidade de qualificação exigida, devendo sempre justificar caso ultrapasse esse prazo;
- 3.35. A CMB poderá unilateralmente, a seu critério e a qualquer tempo, requisitar a substituição do(s) profissional(ais) que não esteja aderente aos requisitos ou que seja considerado incapaz de executar os serviços na tempestividade e nível de qualidade exigidos;

#### **QUANTO AO ACOMPANHAMENTO**

- 3.36. A CMB acompanhará e avaliará, durante toda a vigência contratual, as atividades executadas pela CONTRATADA através do conjunto de **“Indicadores-chave de Desempenho” (Key Performance Indicators - KPI)** estabelecidos a seguir:

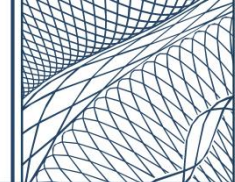
KPI	DESCRIÇÃO
Quantitativo de chamados em aberto	Número total de chamados que estão em processo de atendimento.  Percentual (%): por tipo e severidade.
Quantitativo de chamados pendentes	Número total chamados com status de pendente (seja do fornecedor ou da CMB).  Percentual (%): por tipo e severidade.



Quantitativo de chamados sem resolução	Número de chamados sem resolução.  Percentual (%): por tipo e severidade.
Quantitativo de chamados resolvidos	Número total chamados resolvidos.  Percentual (%): por tipo e severidade.
Tempo médio para resposta inicial dos chamados	Tempo médio entre a abertura do chamado até a sua primeira resposta.  Percentual (%): por tipo e severidade.
Tempo médio de resolução dos chamados	Tempo médio entre a abertura do chamado até a sua resolução definitiva.  Percentual (%): por tipo e severidade.
Percentual de resolução dos chamados	Percentual (%) dos chamados resolvidos em relação ao número total de chamados demandados (por tipo e severidade).
Percentual de reabertura dos chamados	Percentual (%) de chamados que foram reabertos após serem marcados como resolvidos (por tipo e severidade).
Percentual de resolução no primeiro contato	Percentual (%) de chamados que foram resolvidos logo na primeira interação, sem necessidade de retornos ou escalonamentos (por tipo e severidade).
Percentual de chamados escalonados	Percentual (%) de chamados transferidos para um nível superior de suporte (N2 ou N3).
Percentual de cumprimento do NMS	Percentual (%) de chamados resolvidos dentro do prazo estipulado no Nível Mínimo de Serviço (NMS).

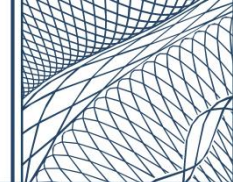
- 3.37. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios mensais (ciclos de trinta dias de contrato), **até o 5º (quinto) dia útil** do mês subsequente, das informações de KPI referente ao período do mês anterior, devendo compor um único documento contendo todos os KPIs solicitados;
- 3.38. A CMB poderá solicitar, a qualquer tempo, a inclusão de novos KPIs a serem acompanhados ao longo de contrato, cabendo a CONTRATADA avaliar e operacionalizar os requisitos técnicos necessários;





- 3.39. Os relatórios poderão ser disponibilizados através de documento em formato PDF ou, preferencialmente, através de um portal eletrônico (dashboard), que permita o acompanhamento em tempo real dos indicadores estabelecidos;
- 3.39.1. O portal eletrônico deverá ser disponibilizado em nuvem, através de infraestrutura provida pela própria CONTRATADA, estando acessível via internet em regime integral (24x7x365);
- 3.39.2. Deverá ser acessível via navegador Web padrão (Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox), fazendo uso de mecanismos seguros de criptografia e autenticação;
- 3.39.3. Deverá permitir ao menos a criação de 10 (dez) usuários da CMB, permitindo a atribuição de diferentes perfis de acesso;
- 3.39.4. Deverá permitir a utilização de filtros que possibilitem a consulta dos dados em diferentes intervalos de tempo, devendo armazenar todas as informações geradas durante todo o período contratual;
- 3.39.5. Os usuários devem ser capazes de consultar, visualizar as informações em diferentes visões aplicáveis, incluindo gráficos diversos (tipo pizza, barra, linha etc.) e tabelas/listagens, bem como gerar relatórios.
- 3.40. A CMB poderá solicitar, a qualquer tempo, relatórios sob demanda referente a quaisquer informações relativas à contratação, que deverão obrigatoriamente ser disponibilizados em **até 48 (quarenta e oito) horas**;
- 3.41. A CMB avaliará a conformidade das informações fornecidas pela CONTRATADA com as exigências estabelecidas neste documento, cabendo à CONTRATADA corrigi-las sempre que solicitado pela CMB;
- 3.42. As informações fornecidas pela CONTRATADA poderão ser confrontadas (quando aplicável) com os controles mantidos pela própria CMB, visando a comprovação da sua veracidade.



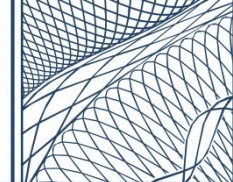


## APENSO B – ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

O presente acordo é celebrado entre **CASA DA MOEDA DO BRASIL**, empresa pública federal criada pela Lei nº 5.895, de 19.06.73, com sede em Brasília - DF, estabelecimento fabril na Rua René Bittencourt, nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz e escritório na Praia do Flamengo, n.º 66, bloco B/19º andar, Município do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 034.164.319/0005-06, doravante denominada **CMB**, neste ato representada pelo gestor do Contrato \_\_\_\_\_, na forma do seu Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2018 e publicado no D.O.U do dia 12/09/2018 e a empresa \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu preposto \_\_\_\_\_.

### CONSIDERANDO:

- Que a CMB é uma empresa pública federal provedora de soluções de segurança nos segmentos de meio circulante e pagamento, identificação, rastreabilidade, autenticidade, controle fiscal e postal;
- O CONTRATO de N.º \_\_\_\_\_ / 20\_\_\_\_ firmado entre as PARTES, doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, onde a CONTRATADA poderá ter acesso às informações sigilosas da CMB;
- A necessidade de ajustar as condições de acesso a essas informações sigilosas, definir as regras para o seu uso e proteção, bem como as penalidades cabíveis em caso de descumprimento;
- Que para alcançar tais finalidades as PARTES se comprometem a proteger as informações compartilhadas de acordo com a forma e as condições a seguir estabelecidas.



Resolvem as PARTES acima qualificadas firmar o presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, para a manutenção do sigilo e do caráter de confidencialidade das informações transmitidas entre as PARTES no desenvolvimento das tratativas preliminares e na execução do objeto descrito na cláusula primeira, observado o prazo previsto para as obrigações firmadas neste instrumento de ajuste.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO ACORDO**

O objeto deste ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE é estabelecer as condições de sigilo, confidencialidade e uso limitado das informações transmitidas pelas PARTES.

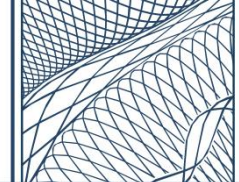
### **CLÁUSULA SEGUNDA - DEFINIÇÕES**

2.1 – Parte Divulgadora: parte transmissora das informações confidenciais.

2.2 – Parte Receptora: parte receptora das informações confidenciais.

2.3 – Informação Confidencial: toda informação revelada a respeito ou associada ao objeto do CONTRATO PRINCIPAL, transmitida sob a forma escrita, verbal, eletrônica ou por quaisquer outros meios, incluindo mas não se limitando à informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, reuniões, conversações, negociações, informações sobre produção, instalações, equipamentos, estratégias empresariais, oportunidades de negócio, segredos de negócio, segredos de fábrica, dados comerciais, dados contábeis, balanços, habilidades especializadas, know-how, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, química, produtos, amostras, insumos, diagramas, desenhos de esquema industrial, descobertas, ideias, conceitos, patentes ou pedidos de patentes, programas de computadores, códigos-fonte, propriedade intelectual, matrizes de custos, composição de preços, planos de ação, características de produtos, relação de clientes, independentemente do suporte físico da informação revelada, salvo se constituírem uma das exceções estabelecidas na CLÁUSULA TERCEIRA.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE**



3.1 – As PARTES reconhecem que as referências do item 2.3 da Cláusula Segunda deste ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que venham a ser como tal definidas pelas PARTES no futuro deverão ser mantidas sob sigilo.

3.2 – Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, a PARTE RECEPTORA deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo Representante Legal da PARTE DIVULGADORA a tratá-la de forma distinta. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa da PARTE DIVULGADORA poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

#### **CLÁUSULA QUARTA – ABRANGÊNCIA**

As obrigações de confidencialidade assumidas pelas PARTES no presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE não se aplicam, entretanto, às informações:

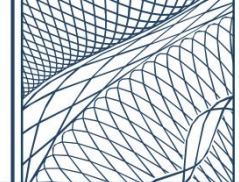
4.1 – Que a PARTE RECEPTORA possa comprovar que já eram de domínio público ou que se tornaram disponíveis para o público por outro meio sem sua interferência;

4.2 – Que já se encontrem de forma legítima sob a posse da PARTE RECEPTORA anteriormente à prestação das informações pela PARTE DIVULGADORA, conforme se comprovar por registros escritos e documentos formais;

4.3 – Que tenham sido recebidas pela PARTE RECEPTORA de terceiros que não possuíam, quando da transferência de informações, obrigações de confidencialidade perante a PARTE DIVULGADORA;

4.4 – Que tenham sido desenvolvidas de forma independente pela PARTE RECEPTORA, conforme se comprovar por registros escritos e documentos formais;

4.5 – Que sejam objeto de autorização de divulgação expressa e por escrito pelo Representante Legal da PARTE DIVULGADORA.



4.6 – Cujas revelações às entidades e órgãos do Estado competentes seja exigida por lei, comprometendo-se as PARTES com a obrigação de pronta notificação da requisição das informações ao Representante Legal da PARTE DIVULGADORA, limitando-se tal revelação ao mínimo necessário ao atendimento das determinações e diretrizes legais.

## **CLÁUSULA QUINTA – FINALIDADES DO USO DAS INFORMAÇÕES**

As informações prestadas pela PARTE DIVULGADORA deverão ser usadas pela PARTE RECEPTORA exclusivamente para o estabelecimento de tratativas e execução de negócios com a PARTE DIVULGADORA.

## **CLÁUSULA SEXTA – EXTENSÃO A COLABORADORES**

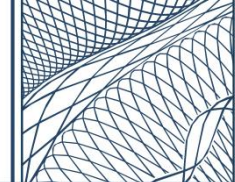
As informações prestadas pela PARTE DIVULGADORA não serão de modo algum distribuídas, reveladas ou divulgadas a terceiros pela PARTE RECEPTORA, exceto para seus empregados, funcionários, prepostos, prestadores de serviços, subcontratados e demais colaboradores, desde que tenham necessidade justificada de ter conhecimento das referidas informações confidenciais e que, previamente, estejam obrigados à confidencialidade por compromisso formal.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – CONFIDENCIALIDADE DAS AMOSTRAS**

7.1 – A PARTE RECEPTORA obriga-se a tratar quaisquer amostras recebidas da PARTE DIVULGADORA como informações confidenciais, sem que se envolva ou sequer permita, sem o consentimento expresso, por escrito, da PARTE DIVULGADORA, qualquer análise da composição, desmontagem, descompilação, ou engenharia reversa das amostras.

7.2 – A PARTE RECEPTORA manterá em sigilo quaisquer informações obtidas da inspeção das amostras, bem como os resultados de sua avaliação das amostras.

## **CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE**



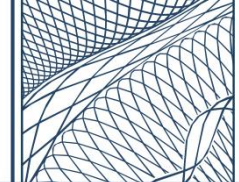
8.1 – O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE acarretará a responsabilidade civil, criminal e administrativa da parte responsável, bem como de todos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no respectivo descumprimento ou violação. As PARTES responderão por qualquer revelação não autorizada, efetuada por qualquer dos seus empregados ou contratados que tenham recebido quaisquer informações confidenciais e tomará as providências necessárias para impedi-los de revelar ou utilizar, de forma não autorizada, as informações confidenciais.

8.2 – A PARTE RECEPTORA de informações confidenciais protegidas por este ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE que violar as obrigações nele previstas sujeita-se ao pagamento de indenização e/ou de ressarcimento à PARTE DIVULGADORA pelas perdas, danos, lucros cessantes, danos indiretos a que der causa e quaisquer outros prejuízos patrimoniais ou morais suportados pela PARTE DIVULGADORA.

8.3 – A PARTE DIVULGADORA assume toda e qualquer responsabilidade pela titularidade de direitos da propriedade intelectual e demais ativos intangíveis cujas informações sejam transmitidas nessa condição à PARTE RECEPTORA, obrigando-se a responder administrativa, civil e penalmente por qualquer reclamação de terceiros quanto à divulgação não autorizada de tais informações à PARTE RECEPTORA.

8.4 – A PARTE RECEPTORA é responsável pela devida guarda das informações confidenciais e pela pronta notificação da PARTE DIVULGADORA, por escrito, sobre qualquer perda ou destruição dessas informações, incluindo originais e cópias, comprometendo-se a empreender esforços para a localização, recuperação e devolução das informações confidenciais perdidas ou destruídas.

8.5 – Considerando a natureza confidencial e a relevância das informações objeto deste Contrato, e em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações aqui estabelecidas, especialmente aquelas relacionadas à confidencialidade e ao sigilo das informações, fica estabelecida uma cláusula penal de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do presente Contrato, a ser paga pela PARTE RECEPTORA em favor da PARTE DIVULGADORA, a título de multa. A presente cláusula penal não impede a PARTE DIVULGADORA de pleitear, judicial ou extrajudicialmente, a reparação de



perdas e danos comprovadamente sofridos que excedam o valor da multa ora estipulada, renunciando as PARTES, desde já, a qualquer alegação de que a cobrança da multa implica renúncia ao direito de indenização suplementar.

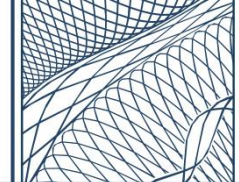
## **CLÁUSULA NONA – DEVOLUÇÃO E DESCARTE DE INFORMAÇÕES**

A PARTE RECEPTORA recolherá e encaminhará à PARTE DIVULGADORA, após solicitação formal desta, todo e qualquer material que contenha as informações confidenciais objeto do presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE, inclusive os documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob controle da PARTE RECEPTORA ou sob a posse de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço e fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que haja obtido acesso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

10.1 - Na execução do presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE é vedado à CMB e à CONTRATADA e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu: a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada; b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Acordo; c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Acordo, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Acordo; ou e) de qualquer maneira fraudar o presente Acordo; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e suas alterações, do Decreto nº 11.129/2022 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Acordo.

10.2 – As PARTES se comprometem com a integridade nas relações público-privadas e com as orientações e políticas da CMB, inclusive com previsão de aplicação do



Programa de Integridade, se for o caso, principalmente com relação à vedação de práticas de fraude e corrupção – materializada por declaração de terceiro.

10.3 – Caso CONTRATADA pratique atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, estará sujeita a rescisão contratual sem prejuízo de outras sanções legais ou contratuais.

10.4 – Em caso de ato de corrupção a parte envolvida será responsabilizada.

10.5 – As PARTES se comprometem ao estrito cumprimento ao Programa de Integridade da CMB.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E LITÍGIOS**

11.1 – Disputas e litígios concernentes ao presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE serão dirimidas, preferencialmente, por resolução amigável entre as PARTES.

11.2 – Para os casos em que não alcançada a resolução amigável de disputas e litígios concernentes ao presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE, reconhecem as PARTES como competente para resolução judicial o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

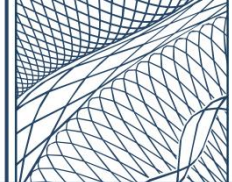
#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 – O presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE somente poderá ser alterado, substituído ou cancelado por outro acordo celebrado por escrito e firmado pelas PARTES.

12.2 – Nenhuma das PARTES poderá ceder seus direitos ou obrigações decorrentes do presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE sem o consentimento por escrito da outra PARTE.

12.3 – As disposições do presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE não serão interpretadas de modo a representar a transferência de titularidade de direitos de





propriedade intelectual ou demais ativos intangíveis entre as PARTES, assim como não representarão a formação de *joint venture*, sociedade, ou operação societária entre as PARTES pactuantes.

12.4 – O presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE é válido pelo prazo de até 5 (cinco) anos contados do encerramento do CONTRATO PRINCIPAL.

E por estarem assim justas e contratadas, as PARTES, juntamente com as testemunhas, assinam o presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE, em duas vias de igual teor e forma.

\_\_\_\_\_  
Cidade, dia, mês e ano

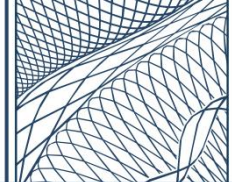
\_\_\_\_\_  
CMB – Gestor do Contrato

\_\_\_\_\_  
PREPOSTO

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Identidade (RG):

\_\_\_\_\_  
Identidade (RG):

**APENSO C - TERMO DE ACEITE****IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES**

Razão Social (Contratante): Casa da Moeda do Brasil – Parque Industrial do Rio de Janeiro/RJ	CNPJ/MF: 34.164.319/0005-06
Razão Social (Contratada):	CNPJ/MF:

**IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Número do Contrato:
Descrição do(s) Objeto(s):

Atestamos que o(s) objeto(s) acima identificado(s) foi(ram) avaliado(s) quanto à conformidade com as especificações definidas no Termo de Referência, não apresentando problemas ou divergências com as exigências estabelecidas.

---

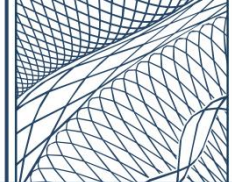
Cidade, dia, mês e ano

---

CMB – Fiscal do Contrato

---

CONTRATADA

**APENSO D - PROPOSTA DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO nº \_\_\_\_\_

RAZÃO SOCIAL:

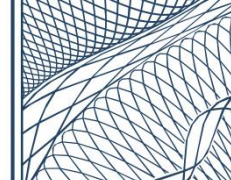
CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

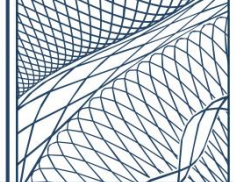
E-MAIL:

Item	Descrição/Especificação	Valor Unitário (A)	Quantidade (B)	Valor Total (A x B)
1	Appliance FortiGate 201G		2 Unidades	
2	Licença FortiGate 201G		2 Unidades	
3	Licença FortiGate 40F (S/N: FGT40FTK2109AQBZ e FGT40FTK2109AKAP)		2 Unidades	
4	Licença FortiManager (S/N: FMG-VM0A17006699)		1 Unidade	
5	Licença FortiAnalyzer (S/N: FAZ-VMTM22005806)		1 Unidade	
6	Transceiver Óptico 10 Gbps SFP+		2 Unidades	
7	Serviço de Suporte Técnico (Fortinet)		12 Meses	
<b>TOTAL GLOBAL (12 MESES)</b>				

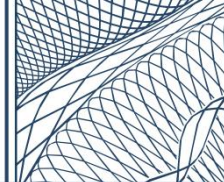


## APENSO E - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS)

Nº	INDICADOR	MÉTRICA	REFERÊNCIA	GLOSA	
1	Índice de chamados finalizados adequadamente	Porcentagem (%) = (Total de chamados finalizados adequadamente / Total de chamados finalizados) * 100	>= 90%	Se < 90%	0,25%
				Se <= 79%	0,5%
				Se <= 69%	1%
2	Prazo máximo para solução definitiva de chamados com Severidade Alta	<b>Atuando de forma remota:</b>  Tempo = Hora do início do atendimento – Hora da resolução	<= 8 horas	1%  (+0,25% por cada hora excedente até o máximo de 10 horas)	
		<b>Atuando de forma presencial:</b>  Tempo = Hora do primeiro acesso ao equipamento – Hora da resolução			
3	Prazo máximo para solução definitiva de chamados com Severidade Média	<b>Atuando de forma remota:</b>  Tempo = Hora do início do atendimento – Hora da resolução	<= 16 horas	0,5%  (+0,25% por cada hora excedente até o máximo de 10 horas)	
		<b>Atuando de forma presencial:</b>  Tempo = Hora do primeiro acesso ao equipamento – Hora da resolução			
4	Prazo máximo para solução definitiva de chamados com Severidade Baixa	Tempo = Hora do início do atendimento – Hora da resolução	<= 24 horas	0,25%  (+0,25% por cada hora excedente até o máximo de 10 horas)	
Nº	INDICADOR		REFERÊNCIA	GLOSA	
5	Fraudar, manipular ou descaracterizar indicadores de níveis de serviço		Por ocorrência	2%	
6	Deixar de comunicar a CMB sobre quaisquer problemas, incidentes ou anomalias identificadas no contrato		Por ocorrência	1%	
7	Deixar de aplicar controles de segurança adequados para garantir a confidencialidade dos dados da CMB que vier a receber ou ter acesso ao longo da vigência contratual		Por dia de descumprimento	1%  (+0,25% por dia de descumprimento até o máximo de 10 dias)	
8	Deixar de adequar a redação de documentos e relatórios gerados quanto à clareza, objetividade, detalhamento técnico e conformidade com as boas práticas e normas aplicáveis		Por ocorrência	0,25%	
9	Deixar de colaborar com a CMB na resolução de problemas diversos relacionados ao contrato		Por ocorrência	0,5%	
10	Gerar cobranças indevidas sem o consentimento da CMB		Por ocorrência	0,5%	
11	Deixar de enviar profissionais presencialmente à CMB dentro do prazo máximo previsto		Por ocorrência	2%	
12	Deixar de participar de reuniões quando solicitado pela CMB		Por ocorrência	0,25%	



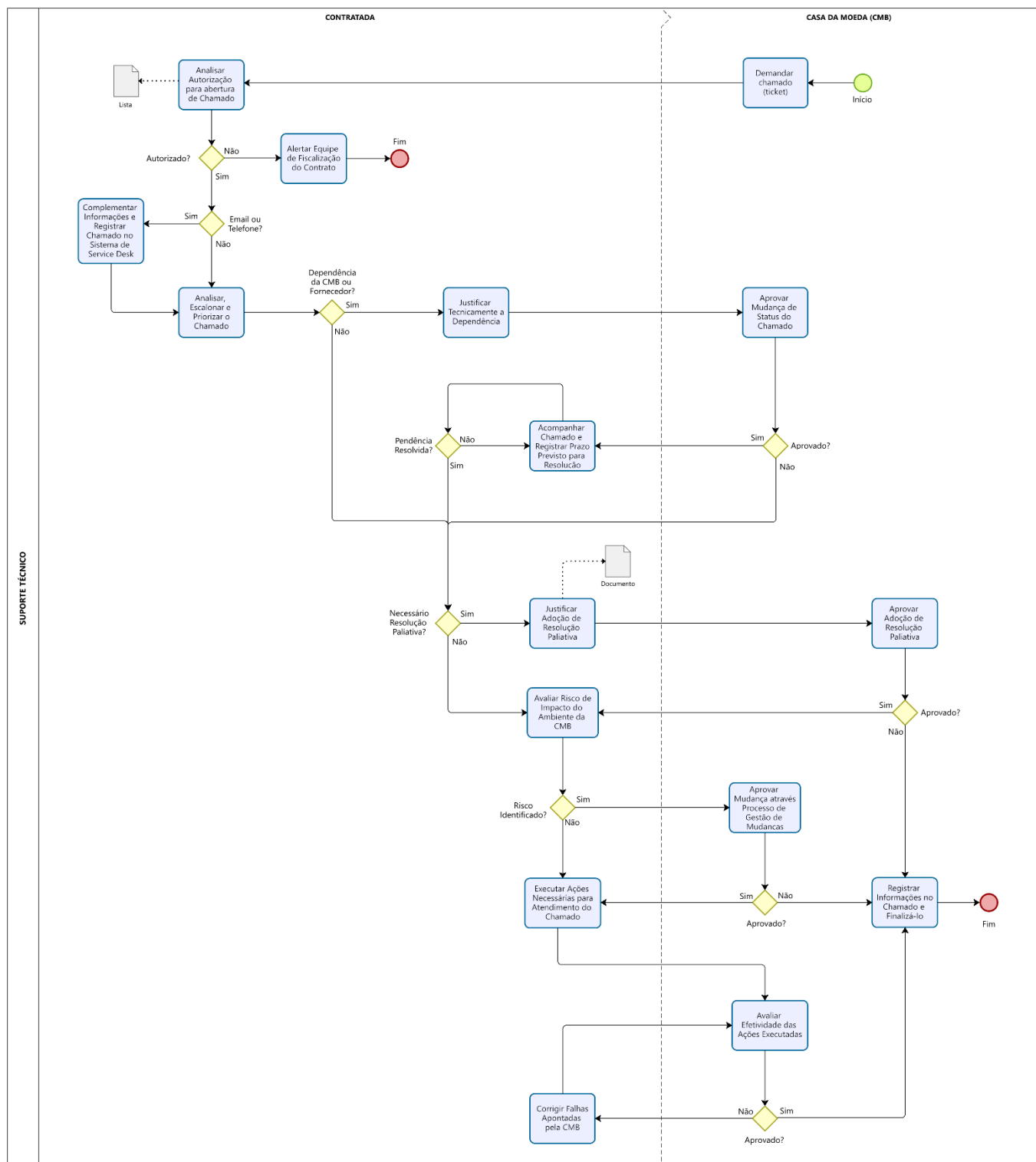
13	Deixar de apresentar documentos, relatórios ou fornecer esclarecimentos acerca de quaisquer atividades vinculadas a contratação	Por ocorrência	0,5%
14	Deixar de cumprir qualquer requisito relacionado a qualificação da equipe técnica	Por dia de descumprimento	1% (+0,25% por dia de descumprimento até o máximo de 10 dias)
15	Deixar de informar o descumprimento dos requisitos de qualificação da equipe técnica	Por ocorrência	0,25%
16	Deixar de substituir profissional a pedido da CMB dentro do prazo máximo estabelecido	Por dia de descumprimento	0,25% (+0,25% por dia de descumprimento até o máximo de 10 dias)
17	Realizar mudança nas configurações da solução, sem autorização da CMB, que impacte no seu ambiente	Por ocorrência	1%
18	Causar danos diretos ou indiretos aos equipamentos da CMB por negligência ou imperícia	Por ocorrência	2%
19	Deixar de abrir ou acompanhar chamados junto ao fabricante da solução quando necessário	Por ocorrência	0,5%
20	Deixar de disponibilizar ou inviabilizar o acesso a qualquer canal de atendimento exigido para o suporte técnico	Por dia de descumprimento	0,5% (+0,25% por dia de descumprimento até o máximo de 10 dias)
21	Deixar de realizar o registro completo ou correto das informações nos chamados	Por ocorrência	0,25%
22	Deixar de atender qualquer requisito exigido para os canais de atendimento do suporte	Por dia de descumprimento	0,25% (+0,25% por dia de descumprimento até o máximo de 10 dias)
23	Deixar de cumprir o requisito de disponibilizar uma opção de contato direto com um atendente humano do suporte	Por dia de descumprimento	0,5% (+0,25% por dia de descumprimento até o máximo de 10 dias)
24	Deixar de fazer ou atrasar sem justificativa o escalonamento dos chamados	Por ocorrência	0,25%
25	Deixar de comunicar a CMB sobre mudanças de profissionais constantes da lista de "escalação extraordinária"	Por ocorrência	0,25%
26	Permitir a abertura de chamados por pessoas não autorizadas	Por ocorrência	1%
27	Deixar de comunicar a CMB sobre tentativas de abertura de chamados por pessoas não autorizadas	Por ocorrência	0,25%
28	Realizar mudança de status do chamado indevidamente	Por ocorrência	0,5%
29	Deixar de acompanhar chamados classificados com status de "pendente" dentro dos prazos previstos	Por ocorrência	0,25%
30	Deixar de contabilizar corretamente o tempo de atendimento dos chamados	Por ocorrência	0,5%



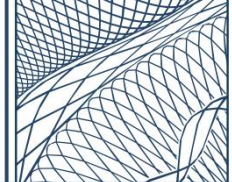
31	Deixar de apresentar relatórios no prazo máximo estabelecido	Por dia de descumprimento	0,25% (+0,25% por dia de descumprimento até o máximo de 10 dias)
32	Entregar relatórios de forma incorreta/incompleta	Por ocorrência	0,5%
33	Deixar de cumprir qualquer outra obrigação estabelecida no edital e não prevista nesta tabela	Por ocorrência	0,25%



## APENSO F - MODELAGEM DO PROCESSO

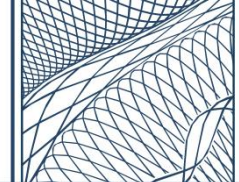




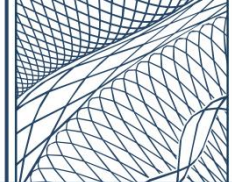
**ANEXO II****CLÁUSULAS E CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

1. Fazer referência à presente licitação, com indicação do seu número de referência, em papel timbrado da licitante e, datada e assinada digitalmente (com certificado digital) pelo representante legal ou por procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
2. Não conter emendas, rasuras, entrelinhas e borrões, exceto se os mesmos forem devidamente ressalvados pelo PROPONENTE.
3. Apresentar validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data da abertura da sessão pública do pregão, caso a licitante não coloque a validade em sua proposta, será considerada como aceita a validade de 60 (sessenta) dias consecutivos.
4. Apresentar detalhadamente a descrição, o preço unitário e global do(s) item(ns) ofertado(s), conforme abaixo:

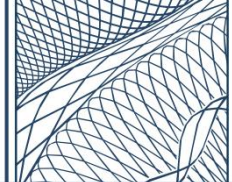
Item	Descrição/Especificação	Valor Unitário (A)	Quantidade (B)	Valor Total (A x B)
1	Appliance FortiGate 201G		2 Unidades	
2	Licença FortiGate 201G		2 Unidades	
3	Licença FortiGate 40F (S/N: FGT40FTK2109AQBZ e FGT40FTK2109AKAP)		2 Unidades	
4	Licença FortiManager (S/N: FMG-VM0A17006699)		1 Unidade	
5	Licença FortiAnalyzer (S/N: FAZ-VMTM22005806)		1 Unidade	
6	Transceiver Óptico 10 Gbps SFP+		2 Unidades	
7	Serviço de Suporte Técnico (Fortinet)		12 Meses	
<b>TOTAL GLOBAL (12 MESES)</b>				



- 4.1. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços.
5. Informar o prazo de entrega do item, conforme Termo de Referência – ANEXO I, parte integrante deste Edital.
6. Nos preços ofertados já deverão estar incluídas todas as despesas com embalagem, tributos (federais, estaduais e municipais), transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ou indispensáveis à perfeita execução do objeto da licitação.
7. No mesmo documento ou à parte, sob as penas da lei, declarar a inexistência de impeditivos à contratação com a CMB, notadamente:
  - 7.1. em relação ao art. 38 da Lei n.º 13.303/2016:
    - 7.1.1. não possui administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado da CMB ou de suas subsidiárias;
    - 7.1.2. não está cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CMB;
    - 7.1.3. não foi declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
    - 7.1.4. não possui sócio ou administrador que seja sócio de outra empresa que está suspensa, impedida ou declarada inidônea;
    - 7.1.5. não possui sócio ou administrador que tenha sido sócio ou administrador de outra empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; e
    - 7.1.6. que não tem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
  - 7.2. Em relação à Política de Transações com Partes Relacionadas (disponível em <https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/lai/base-juridica/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas.pdf>) declarar se é controlada ou não por:
    - 7.2.1. Superintendente, Diretor ou membro de Órgão previsto no estatuto social da CMB; ou por
    - 7.2.2. por cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o 3º grau, de qualquer pessoa referida na alínea (a) acima;



8. Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias consecutivos após apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
9. Informações complementares tais como: razão social da licitante; CNPJ; endereço completo (inclusive CEP); telefone/e-mail; número da conta bancária; Banco/Praça; agência (código e nome).



### ANEXO III

#### MINUTA DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: (nome, endereço, razão social, etc...)

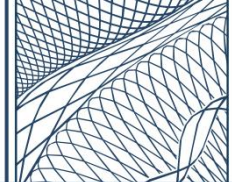
OUTORGADO: (nome e qualificação do representante)

OBJETO: representar a outorgante perante a **CASA DA MOEDA DO BRASIL**

PODERES: apresentar PROPOSTA e DOCUMENTOS após o certame, prestar declaração de que o outorgante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como de que atende às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, formular ofertas e lances de preços nas sessões públicas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, retirar Pedidos de Compra, assim como assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA



## ANEXO IV

### MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_\_ QUE OBJETIVA A AQUISIÇÃO DE **APPLIANCES E LICENÇAS PARA SOLUÇÃO DE NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW)** DO FABRICANTE FORTINET, VOLTADOS À PROTEÇÃO DO PERÍMETRO DA REDE INSTITUCIONAL, QUE ENTRE SI FAZEM A CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB E A #####.**

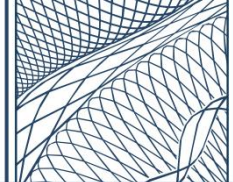
**CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB**, empresa pública, criada pela Lei nº 5.895, de 19.06.73, com sede em Brasília (DF), estabelecimento fabril na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 34.164.319/0005-06, neste ato representada conforme seu Estatuto Social, doravante denominada **CMB** e #####, estabelecida na (ENDEREÇO), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu (CARGO), Sr. (NOME), (qualificação do(s) representante(s) da **CONTRATADA**), tendo em vista o que consta no Processo nº 18750.014075/2025-17 e, em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da CMB resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, derivado do pregão eletrônico nº #####, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **appliances e licenças para solução de Next Generation Firewall (NGFW) do fabricante Fortinet, voltados à proteção do perímetro da rede institucional**, conforme Termo de Referência - ANEXO I, parte integrante deste Contrato.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, até o limite previsto no art. 71 da Lei nº 13.303/2016, mediante acordo entre as partes.



### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E VALOR GLOBAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme abaixo:

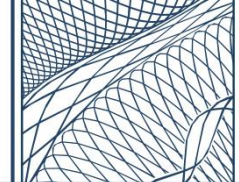
Grupo (lote)	Item	Descrição/Especificação	Qtde.	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Appliance FortiGate 201G	2	Unid.		
	2	Licença FortiGate 201G	2	Unid.		
	3	Licença FortiGate 40F (S/N: FGT40FTK2109AQBZ e FGT40FTK2109AKAP)	2	Unid.		
	4	Licença FortiManager (S/N: FMG-VM0A17006699)	1	Unid.		
	5	Licença FortiAnalyzer (S/N: FAZ-VMTM22005806)	1	Unid.		
	6	Transceiver Óptico 10 Gbps SFP+	2	Unid.		
	7	Serviço de Suporte Técnico (Fortinet)	12	Meses		
VALOR GLOBAL						

3.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas com embalagem, tributos (federais, estaduais e municipais), transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ou indispensáveis à perfeita execução do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento dos **ITENS 1 ao 6** será efetuado em **parcela única**, ao passo que o pagamento do **ITEM 7** será efetuado de forma **mensal**;

4.2. O pagamento será efetuado pela CMB no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento do material entregue, através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



4.3. Os pagamentos serão realizados somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem falhas na sua execução, mediante a emissão do “**Termo de Aceite**” (**APENSO C**) por parte da CMB;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

4.5. Especificamente para o **ITEM 7** da contratação, o pagamento será baseado em função dos resultados apresentados, ou seja, somente após mensuração, avaliação e validação dos “**Níveis Mínimos de Serviço (NMS)**” (**APENSO E**) definidos, de modo a resguardar a eficiência e a qualidade na prestação do serviço;

4.6. Ocorrendo eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

**Onde:**

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*

*EM = Encargos moratórios;*

*N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;*

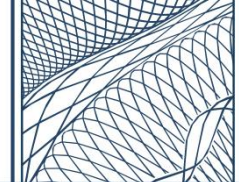
*VP = Valor da parcela em atraso.*

4.7. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado competente na nota fiscal apresentada.

4.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CMB.

4.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência bancária para pagamento.





4.10. Antes do pagamento o gestor ou requisitante verificará a manutenção das condições de habilitação. Acaso existente irregularidade será concedido o prazo máximo de 05 (cinco) dias para a regularização ou apresentação da justificativa da impossibilidade de fazê-lo. Não havendo regularização ou sendo a justificativa considerada improcedente, a CMB deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

4.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.12.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147 de 2014, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.13. Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a CMB poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas e indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela CONTRATADA.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

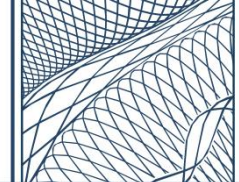
5.1. O recurso orçamentário destinado à cobertura da presente contratação será extraído do orçamento da CMB aprovado para o exercício de 2026 e 2027, especificamente da rubrica “Serviços de Terceiros”.

5.2. No orçamento seguinte a **CMB** consignará os recursos necessários aos pagamentos previstos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis para os **itens 01 – Appliance FortiGate 201G - e 06 – Transceiver Óptico 10 Gbps SFP+**.

6.2. Para os **itens 02, 03, 04, 05 e 07**, desde que atendidos os requisitos básicos de qualidade e prazos estabelecidos no ANEXO I – Termo de Referência deste Contrato, os



preços contratados poderão ser reajustados, com periodicidade anual, sendo o primeiro a contar de xx/xx/xxxx, data limite de apresentação da proposta, e os seguintes, do fato gerador anterior, com base em 90% (noventa por cento) da variação anual do IPCA (calculado e divulgado pelo IBGE), com base na seguinte fórmula:

$$PCr = PCb \times \{ 1 + [(((Vi-IPCA^{(n+11)}) / (Vi-IPCA^{(n-1)})) - 1) \times 0,9] \}, \text{ onde:}$$

PCr = Preço Contratual reajustado;

PCb = Preço Contratual base;

$Vi-IPCA^{(n+11)}$  = Valor do nº Índice do IPCA do 11º (décimo primeiro) mês seguinte ao mês base Da data limite de apresentação da proposta;

$Vi-IPCA^{(n-1)}$  = Valor do nº Índice do IPCA do mês imediatamente anterior ao mês base da data limite de apresentação da proposta.

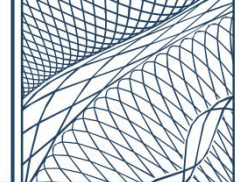
6.3. Compete a CONTRATADA apresentar o demonstrativo de cálculo referente ao pleito de reajuste anual de preços, destinada à CMB, conforme condições estabelecidas no caput desta cláusula.

6.4. O demonstrativo de cálculo referenciado no subitem anterior será encaminhado formalmente pela CONTRATADA ao Gestor do CONTRATO, mediante correspondência com confirmação de recebimento, que providenciará a verificação prévia e emitirá manifestação quanto à conformidade ou não da Contratada no atendimento aos requisitos básicos de qualidade e prazos estabelecidos no ANEXO I - Especificação de Serviços deste Contrato, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de apresentação e protocolo de recebimento da correspondência da Contratada na CMB;

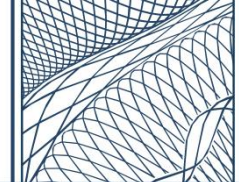
6.5. Após manifestação prévia do Gestor do CONTRATO, este encaminhará imediatamente o pleito da CONTRATADA ao órgão financeiro da CMB responsável pela análise de cláusulas contratuais de reajuste de preços, que efetuará análise e emissão de pronunciamento técnico em 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento, pelo órgão financeiro, da correspondência da Contratada contendo anexa a manifestação do Gestor do Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. A CONTRATADA, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor de R\$.....(.....), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Contrato, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da CMB;



- 7.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 7.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CMB a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 7.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual;
- 7.3. Em caso de necessidade de apresentação da garantia, caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 7.3.1. caução em dinheiro;
  - 7.3.2. seguro-garantia;
  - 7.3.3. fiança bancária.
- 7.4. Optando pela modalidade fiança bancária, o instrumento de Fiança deverá prever a renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil.
- 7.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 7.5.1 Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 7.5.2 Prejuízos causados à CMB ou a terceiro, independentemente de comprovação de culpa ou dolo, durante a execução do contrato;
  - 7.5.3 As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CMB à CONTRATADA;
  - 7.5.4 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.
- 7.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior;
- 7.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CMB, no Banco do Brasil – Agência 3309-X - Conta Corrente 85001-2- código identificador CPF/CNPJ da contratada, informando à **Seção de Tesouraria - SETES** e será restituída com atualização monetária de acordo com a legislação aplicável;
- 7.8. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência do Contrato, utilização total ou parcial da garantia pagamento de qualquer obrigação ou em situações outras que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo a ser



determinado pela CMB, não inferior a 05 (cinco) dias úteis, ou pactuado em aditivo ou em apostilamento, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

7.9. A CMB não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

7.9.1 Caso fortuito ou força maior;

7.9.2 Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela CMB;

7.9.3 Atos ilícitos dolosos praticados por empregados da CMB.

7.10. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas nesta cláusula;

7.11. Será considerada extinta a garantia:

7.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CMB, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

## **9. CLAÚSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

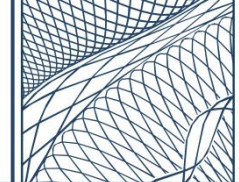
9.1. Em cumprimento ao art. 40, VII c/c 69 da Lei nº 13.303, de 2016, o Superintendente do Departamento de TI Corporativo e Comunicação – DETIC da CMB designará representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando no processo de acompanhamento todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CMB**

10.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3. comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



10.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/empregado especialmente designado;

10.5. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato e seus anexos;

10.6. A CMB não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Contrato e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, quando for o caso;

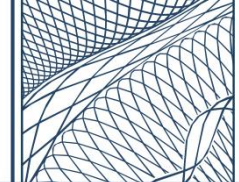
11.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

11.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, no prazo fixado neste Contrato e e/ou nos seus anexos.

11.1.4 Reparar todos os danos e prejuízos causados à CMB ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor/Fiscal do Contrato.

11.1.5 comunicar à CMB, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 11.1.6 manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as sempre que solicitado pela CMB;
- 11.1.7 A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela guarda e sigilo das informações da CMB que vier a ter acesso.
- 11.1.8 A CONTRATADA deverá certificar-se da adoção dos procedimentos necessários ao cumprimento da Lei nº 13.709/2018;
- 11.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- 11.1.10 indicar preposto para representá-la durante a vigência do Contrato.
- 11.1.11 enviar a Ficha de Dados de Segurança – FDS, na data de entrega do mesmo, em atendimento ao Decreto nº 10.088, de 2019. Válido para todos os produtos químicos.
  - 11.1.11.1 a classificação do produto, rótulo das embalagens e o preenchimento da FDS, deverão atender os requisitos definidos pela ABNT NBR 14725: partes de 1 a 4.
- 11.1.12 Enviar os certificados, laudos ou boletins técnicos que asseguram a qualidade dos itens classificados como garantidos pelo fornecedor, na data de entrega do mesmo, quando requeridos nas especificações técnicas de matérias-primas e insumos.

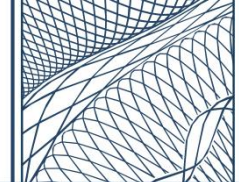
## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Fica vedado neste ato, à CONTRATADA, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais CLÁUSULAS estabelecidas no presente Contrato, sem a competente, expressa e formal anuência da CMB.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO, ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE**

13.1. Na execução do presente Contrato é vedado à CMB e à CONTRATADA e a seus empregados, prepostos e gestores: a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada; b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente instrumento; c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de





modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e suas alterações, do Decreto nº 11.129/2022, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

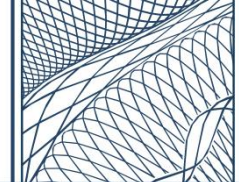
13.1.1 Além das disposições expressas neste contato, as partes pautarão o seu relacionamento na Integridade exigida nas relações público-privadas, rejeitando qualquer tipo de ação que resulte em vantagem indevida para agentes públicos e privados envolvidos, incluindo eventuais fornecedores, terceirizados ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas relacionadas com a cadeia de fornecimento do objeto deste contrato, assumindo pleno conhecimento e cumprimento das seguintes normas e orientações, além de outras eventualmente cabíveis:

- ❖ Lei Federal 13.303/2016 – Lei das Estatais;
- ❖ Lei Federal 12.846/2013 – Lei Anticorrupção;
- ❖ Decreto Federal 11.129/2022 - Regulamento da Lei Anticorrupção;
- ❖ Guia “Programa de Integridade – Diretrizes para Empresas Privadas” da Controladoria Geral da União (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>)
- ❖ Código de Ética, Conduta e Integridade da Casa da Moeda do Brasil: (<https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/pcmb/a-empresa/etica/codigo-de-etica/codigo-de-etica-cmb.pdf>)
- ❖ Programa de Integridade da Casa da Moeda do Brasil: (<https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/pcmb/transparencia/aceso-a-informacao/institucional/cartilha-programa-integridade.pdf>).

13.1.2 Caso possua Programa de Integridade implementado, ainda que pautado em legislação estrangeira, a CONTRATADA o fornecerá para conhecimento da CMB.

13.1.3 A CONTRATADA concorda em submeter-se a ações de diligência promovidas pelas áreas de contratações e governança da CMB relativas ao cumprimento das normas e orientações acima relacionadas, colaborando com informações e documentos que sejam solicitados, voltados para o cumprimento do programa





de integridade da CMB, resguardados os sigilos financeiros, empresariais e industriais que não se relacionem com o objeto do Contrato.

13.1.4 A CONTRATADA ou qualquer um de seus colaboradores denunciara à Ouvidoria da CMB, inclusive mediante os meios de proteção e preservação de identidade cabíveis, quaisquer condutas inadequadas - consumadas, tentadas ou propostas - relativas a vantagens ilícitas, fraudes ou qualquer prática de corrupção concernente ao relacionamento entre as partes deste contrato.

13.1.4.1 Reclamações e denúncias relativas a irregularidades ou ao descumprimento pela CMB de suas normas internas ou da legislação vigente durante a condução deste CONTRATO poderão ser apresentadas à Ouvidoria da CMB, por meio eletrônico (no endereço eletrônico [www.casadamoeda.gov.br](http://www.casadamoeda.gov.br) ou por meio de correio eletrônico [ouvidoria@cmb.gov.br](mailto:ouvidoria@cmb.gov.br)), por meio postal endereçado à Ouvidoria CMB na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ ou pelo telefone (21) 2184-2969.

13.1.5 A CONTRATADA informará à CMB, com o detalhamento cabível, qualquer procedimento de responsabilização em decorrência de supostos atos de corrupção, no Brasil ou no exterior, que eventualmente venha a ser submetida em decorrência de legislação nacional ou estrangeira.

13.1.6 Casos de quebra de sigilo contratual ou qualquer outra hipótese de quebra de contrato, serão passíveis de indenização;

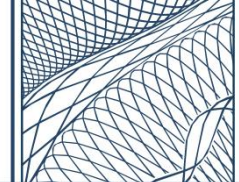
13.1.7 A transgressão a qualquer das disposições relativas ao cumprimento de normas e orientações de Integridade neste contrato e na respectiva legislação serão objeto de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, a ser instaurado pela CMB ou pela Controladoria-Geral da União – CGU, sem prejuízo das responsabilizações civis, penais e administrativas das pessoas físicas envolvidas em tais atos, bem como pela possibilidade de resolução contratual por responsabilidade do contratado.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

14.1 Nos termos do art. 7º do Decreto 7.203 de 2010, fica vedada, para prestar serviços na CMB, a contratação de cônjuge, companheiro ou de parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até terceiro grau de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, do quadro de pessoal da Contratante.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:



15.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 falhar ou fraudar na execução do Contrato;

15.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 cometer fraude fiscal;

15.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CMB;

15.2.2 multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do valor total do contrato;

15.2.3 multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

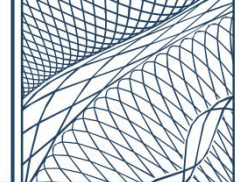
15.2.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Casa da Moeda do Brasil por até 2 (dois) anos;

15.3 O não atendimento integral ou parcial da exigência do item 11.1.11 e 11.1.11.1 acarretará multa de 5% sobre o valor total da Nota fiscal de entrega, podendo ser duplicada na reincidência, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das demais penalidades previstas.

15.4 O não atendimento integral ou parcial do envio de certificados, laudos ou boletins técnicos que asseguram a qualidade dos itens garantidos pelo fornecedor, quando exigido, acarretará aplicação das penalidades de advertência e/ou multa de até 2% sobre o valor total da Nota Fiscal de entrega, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das demais penalidades previstas.

15.5 As penalidades de advertência e de suspensão temporária poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.

15.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, III da Lei nº 13.303, de 2016, a CONTRATADA que:



15.6.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.6.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.6.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CMB em virtude de atos ilícitos praticados.

15.7 As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite do contrato.

15.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, conforme §2º do art. 82 e §2º do art. 83 da Lei n.º 13.303/16.

15.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10 Sem prejuízo da aplicação de penalidades, a CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303/2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

15.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

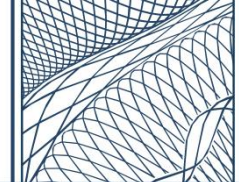
15.12 As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Tesouraria - SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer, que ateste o recebimento.

15.12.1 Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem acima e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, nos termos dos artigos 82, §§2º e 3º e 83, §1º, da Lei nº 13.303/2016.

15.13 Quando interposto, o recurso deverá ser entregue assinado digitalmente pelo representante da contratada ou seu procurador devidamente constituído, em até 10 (dez) dias úteis, contrarrecibo, ao Departamento de Contratações (DEGEC), que o receberá através da Seção de Emissão de Contratos (SEECT) pelo e-mail [seect@cmb.gov.br](mailto:seect@cmb.gov.br).

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

16.1 O presente Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, bem como nos demais casos legais.



16.2 Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas, a CMB poderá rescindir o contrato na hipótese prevista no artigo 82, §1 da Lei nº 13.303/2016 e na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto.

16.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES

17.1 É vedado à CONTRATADA:

17.1.1 transferir, ceder, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais **CLÁUSULAS** estabelecidas no presente Contrato, sem a competente, expressa e formal anuência da **CMB**.

17.1.2 interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **CMB**, salvo nos casos previstos em lei.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

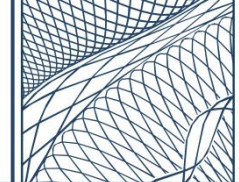
## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO MEIO AMBIENTE

19.1 A CONTRATADA deverá apresentar sua respectiva licença ambiental de operação compatível com a(s) atividade(s) solicitada(s) no edital, conforme o disposto no inciso III, artigo 8º da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 237, de 19 de dezembro de 1997;

19.2 A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos utilizadores e atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental, conforme artigo 10 da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

19.3 Considera-se licenciamento ambiental o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos que se utilizem de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

19.4 Cabe aos órgãos ambientais competentes (Órgãos Federal, Estadual ou Municipal) a definição das atividades descritas ou dos empreendimentos descritos no item



acima, conforme incisos XIV dos artigos 7º, 8º e 9º da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011;

19.5 Será obrigatória a apresentação das demais Certidões, Autorizações e Licenças previstas na legislação ambiental, que tenham a função de substituir a Licença de Operação, as quais deverão ter sido emitidas pelos órgãos ambientais competentes, conforme artigos 9º e 12 da Resolução CONAMA nº 237/1997;

19.6 A CONTRATADA que, conforme Legislações Ambientais Federal, Estadual e Municipal do local onde se encontra instalada, for enquadrada como isenta de licenciamento ambiental para as atividades realizadas pela empresa, deverá apresentar o(s) documento(s) emitido(s) pelo(s) órgão(s) ambiental(is) competentes(s) para comprovação de tal isenção.

19.7 Caberá à CMB realizar diligências para dirimir eventuais dúvidas.

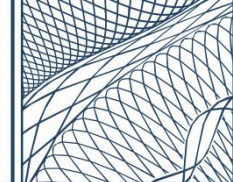
## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DA PROTEÇÃO A DADOS PESSOAIS**

20.1 Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes contidas nos normativos da CMB que orientam este assunto, em especial a POL-GOV.001 - Política de Proteção de Dados Pessoais (<https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/lai/base-juridica/politica-de-protecao-de-dados-pessoais-e-divulgacao-de-informacoes.pdf>), além da observância dos termos da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 e da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

20.1.1 Sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais que tiverem acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pela CMB.

20.2 As PARTES devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 2018), assumindo toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade nos tratamentos que eventualmente realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.

20.2.1 A CONTRATADA está ciente de que a CMB, em virtude da natureza de suas atividades, adota controles rígidos para acesso físico às suas unidades industriais, abrangendo o tratamento de dados pessoais para verificações



prévias e registros de acesso, inclusive mediante câmeras, e, se necessário, inspeção de cargas e pertences pessoais.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

21.1 Os casos omissos serão decididos pela CMB, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

22.1 Incumbirá à CMB providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

23.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 1 (uma) via eletrônica, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente para produzir seus jurídicos e legais efeitos, pelos representantes das partes, **CMB** e **CONTRATADA**:

### **CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB**

Presidente	Diretor

### **CONTRATADA**

--	--